

# Odebrecht pagou as campanhas do PT

# Marketeira negociou direto com Dilma o repasse de propina

Cassiano Rosário - Futura Press

## Mônica depõe que eleições de Haddad e Patrus foram pagas com dinheiro ilícito

**E**m seu depoimento ao juiz Moro, na sexta-feira, a esposa e sócia do marketeiro João Santana relatou que “negociei com a Dilma, diretamente, eu e ela. Pela primeira vez na vida negociei diretamente com uma presidente, valores. Ela me encaminhou ao Guido

[Mantega] para que eu resolvesse a parte ‘por fora’. Cheguei lá já com a negociação fechada”. Depois de dizer que havia acertado o “por fora” com Dilma, Mônica Moura foi enviada, por Mantega, então ministro da Fazenda, para Hilberto Silva, chefe do departamento de propinas da Odebrecht. **Página 3**



A marqueteira Mônica, esposa de João Santana, confirmou o dinheiro ilegal em depoimento ao juiz Moro

**HORA DO POVO**  
ANO XXVIII - Nº 3.658 15 e 16 de Agosto de 2018



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

Reuters



**Sem previdência pública, Chile tem suicídio recorde entre idosos com mais de 80 anos**

O modelo da previdência social chilena privatizada é um desastre, revela o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento, que alerta para o crescimento de suicídios entre idosos. A taxa de suicídio entre os maiores de 80 anos cresceu para o recorde de 17,7 em cada 100 mil habitantes, seguido pelo segmento de 70 a 79 anos (15,4), contra taxa média nacional de 10,2. **P. 7**

## Presos ex-diretores da Mendes Jr. condenados em 2ª instância

Reuters



O juiz federal Sérgio Moro determinou a prisão de integrantes da cúpula do grupo Mendes Júnior, após condenação em segunda instância. A ordem do magistrado alcança os executivos Sérgio Cunha Mendes, Rogério Cunha Pe-

reira e Alberto Elísio Vilaça Gomes, condenados por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa. As penas foram impostas pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), em Porto Alegre. **Página 3**

## Bombardeio saudita a ônibus escolar mata 40 crianças no Iêmen

Caças sauditas atiraram um míssil contra um ônibus escolar no vilarejo iemenita de Dhahian, deixando pelo

menos 40 crianças mortas. A bomba usada era de fabricação norte-americana, tipo MK-82. **Página 6**

## CNPq alerta que corte de 33% inviabiliza a pesquisa científica

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) emitiu um alerta para o desastre na área caso se efetive o corte de

33% de seu orçamento. O órgão mantém 80 mil bolsistas, em sua maioria jovens pesquisadores, base da pirâmide de ciência e tecnologia no Brasil. **P. 4**

## Energia sobe 13,79% no primeiro semestre e grupo Ilumina adverte 'se privatizar vai encarecer mais'

Estudo do Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético) aponta que a privatização de distribuidoras da Eletrobras vai encarecer ainda mais o preço da energia. O Instituto listou 25 geradoras e distribuidoras privatizadas na década de 90, incluindo gigantes como Eletropaulo, Cerj, CPFL e parte da

Cesp, mostrando que a energia aumentou 60% acima da inflação após as privatizações. Nos últimos 6 meses, as famílias brasileiras sofreram com um aumento no preço da energia de 13,79% frente a uma inflação de 2,94%. “A experiência brasileira parece mostrar que as privatizações têm causado” o encarecimento, disse. **Pág. 2**

## Assassinato de Marielle: 150 dias de impunidade

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes completaram 150 dias, no último sábado e ainda estão sem solução. PF pode assumir investigação. **Página 4**

**HP NA INTERNET**

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:



[www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# “Não agi como corrupto”, esclarece Sérgio Cabral

# Conta de luz aumenta 4 vezes mais que inflação em 6 meses

Tarifa de energia das famílias subiu 13,79% em média de janeiro a junho

Entre janeiro e julho, a tarifa da energia elétrica das famílias subiu 13,79%, em média, enquanto a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 2,94%. Ou seja, a tarifa aumentou quatro vezes mais e não teve nenhuma categoria que obteve um reajuste do salário nessa magnitude no período.

Até mesmo o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, percebeu a diferença abissal: "A tarifa tem subido de forma preocupante e está chegando ao limite de pagamento do consumidor".

O setor elétrico é fundamental, estratégico, ao desenvolvimento. O fato de hoje estar desorganizado, com tarifas de escorchas que comprometem a renda da população é um exemplo cabal de que as políticas do PSDB e PT não diferem em nada. Os problemas no setor começaram com as privatizações durante a administração, que conduziram ao apagão em 2001.

Após tantos aumentos, o governo ainda não descarta novos reajustes. Na semana passada, a Aneel propôs repassar diretamente para os consumidores o déficit de R\$ 1,44 bilhão no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - fundo setorial que teria como objetivo custear as políticas públicas do setor elétrico brasileiro.

O governo diz que os novos aumentos devem ocorrer por conta da "demora" na privatização das distribuidoras da Eletrobrás. A ameaça foi alardeada pela mídia, com manchetes do tipo "Sem venda de distribuidoras, conta vai subir".

Os argumentos de que com a privatização não haverá novos aumentos foram rebatidos pelo Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina) que, em artigo, afirmou que não passa de "fake news".

O instituto lista 25 geradoras ou distribuidoras que foram privatizadas na década de 90, incluindo gigantes como Eletropaulo, Cerj, CPFL e parte da Cesp, e aponta

VALDO ALBUQUERQUE



Petrobrás manifestou interesse em dois postos

## ANP anuncia leilão de mais 4 blocos de petróleo do pré-sal

Continuando o processo de entrega das jazidas do pré-sal para o cartel internacional do petróleo, o governo Temer, através da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgou no último dia 10 o edital para a 5ª Rodada de Licitações de partilha de produção do pré-sal, a ser realizada no dia 28 de setembro.

Os blocos ofertados integralmente às multinacionais serão Saturno, Titã e Pau-Brasil, na Bacia de Santos, uma vez que a Petrobrás reivindicou o direito de ser operadora única apenas no campo Sudoeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, quando poderá ter pelo menos 30% no consórcio que disputará o leilão.

Todos são localizados em áreas de elevado potencial no polígono do pré-sal. As jazidas do pré-sal foram descobertas e mapeadas pela Petrobrás. Não tem risco nenhum para a produção. E lucro líquido e certo. As múltiplas, que não investiram um centavo na pesquisa e exploração de petróleo na camada, estão fazendo a festa.



## 63% dos gastos foram em mercado Alimento e remédios lideram gastos no cartão de crédito

Recessão, desemprego e salários arroxados estão levando os brasileiros a recorrerem ao crédito para compra de itens de primeira necessidade, como alimentos e medicamentos, que lideraram o gasto no cartão de crédito em junho.

De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC-Brasil, 63% das compras com cartão de crédito foram para pagamento de despesas com alimentos em supermercados, e 45% para compra de medicamentos. O uso do crédito, que antes se restringia a compras de bens duráveis e de maior valor para que fossem parcelados, agora se destina para pagamento de despesas corriqueiras como um reflexo da perda do poder de compra e do aumento do desemprego no país.

Em terceiro lugar na pesquisa aparece o uso do crédito para combustíveis, com 37% das compras. Roupas, calçados e acessórios vem depois, com 36% das compras.

A CNDL e o SPC alertam um crescimento vertiginoso do uso de alguma modalidade de crédito. O levantamento dá conta de que em junho, 40% dos brasileiros fizeram uso de alguma das modalidades - mas o cartão de crédito, com seus juros abusivos, foi o mais recorrente. Para não cortar despesas, mas ao mesmo tempo sem condições de bancar a dívida, 25% dos usuários de cartão de crédito acabaram caindo no chamado "rotativo", quando a fatura não é inteiramente paga no mês seguinte e juros da ordem de 250% ao ano passa a incidir.



Após as privatizações, tarifa explodiu, aponta Instituto Illumina



## Em junho, queda foi de -0,3. Desde janeiro índices são perto de zero IBGE: vendas no varejo caem em junho

As vendas do comércio varejista nacional caíram -0,3% em junho frente a maio, na série com ajuste sazonal, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada na última sexta-feira, (10) pelo IBGE. Este é segundo resultado negativo consecutivo do indicador, que acumula perda de 1,5% nesse período.

Os dados do IBGE novamente contrariam a propalada "recuperação" econômica de Temer, que ninguém vê e só houve falar. Ao longo do ano o volume de vendas tem

demonstrado oscilações no fundo do poço. Em janeiro o indicador variou 0,9%, em fevereiro recuou -0,1%, em março variou em 0,9%, em abril apresentou crescimento de 1,1%, em maio despenhou -1,2%, e julho atingiu -0,3%. Com o resultado de julho, a média móvel trimestral (junho, maio e abril, ante maio, abril e março) ficou no negativo, -0,1%.

A variação negativa de -0,3% de junho foi puxada principalmente pelos setores de hipermercados, supermercados, produtos

alimentícios, bebidas e fumo (-3,5%), e de Combustíveis e lubrificantes (-1,9%).

Já o comércio varejista ampliado (que inclui, além do varejo, as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, o volume de vendas) após ter demonstrado queda em maio de -5,1, apresentou em julho um crescimento de 2,5% em relação a maio. Entretanto na média móvel do trimestre encerrado em junho o indicador apontou queda de -0,4%.

## Consumo de combustível cai 6% no semestre

Com preços nas alturas, a venda de combustíveis no país caiu -6% no primeiro semestre deste ano, em comparação com mesmo período do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, Isabella Nunes, "a venda de combustíveis já vinha num ritmo de queda, porque é uma atividade que vem

numa trajetória crescente de aumento de preços". De acordo com o IBGE, em julho, o preço dos combustíveis subiu +10,46% nos primeiros seis meses do ano.

Dados da Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP), também demonstram que a alta dos combustíveis está sendo puxada pelo valor da gasolina, que subiu bem mais que o do diesel por conta

da pressão dos caminhoneiros, que deflagraram greve no final de maio. Segundo os dados da ANP, o preço médio da gasolina para o consumidor final subiu +10%, enquanto o do diesel avançou 1,9%. Já o preço do etanol caiu 1% no primeiro semestre.

Na semana passada o preço médio da gasolina terminou a semana vendido a R\$ 4,46, uma pequena queda de -0,26% em relação aos sete dias anteriores.

## Governo queima ativos do BNDES para pagar juros e encolher o banco estatal

Em 2017, o BNDES vendeu na Bolsa de Valores participação em empresas no total de R\$ 7,0 bilhões, e nesta metade de 2018 vendeu outros R\$ 6,0 bilhões. Conforme Elaine Lustrosa, diretora de desinvestimento do banco, o objetivo é vender ainda mais ações e atingir R\$ 10,0 bilhões até o final do ano.

Os números revelam que continua em curso a política do governo Temer de reduzir as operações do BNDES até torná-lo inexistente, transformando-o numa carteira do Banco do Brasil, por exemplo, ou mesmo de algum banco privado.

Como a decisão do governo é que o banco inevitavelmente antecipe amortizações de empré-

stimos tomados junto ao Tesouro Nacional, o BNDES já amortizou R\$ 180 bilhões com previsão de chegar aos R\$ 250 bilhões até o final do ano.

Não há porque duvidar que as vendas de ações realizadas, assim como aquelas que estão sendo sinalizadas para breve, tenham o intuito de fazer caixa para continuar transferindo dinheiro para pagamento de juros aos bancos. Recursos que seriam destinados para a produção sendo desviados para a ciranda financeira.

O banco tem ainda R\$ 85 bilhões em participações acionárias, sendo que ações da Petrobrás, Eletrobrás, junto com poucas outras, respon-

dem por R\$ 60 bilhões desse total. Lustrosa declarou que "qualquer ativo com liquidez e maduro é passível de venda" sinalizando que não há distinção a ser feita nos investimentos componentes dessa carteira e que não há limites nas vendas desses ativos do banco.

A executiva informou ainda que começou a conversar com bancos visando a realização de "operações estruturadas", ou seja, não necessariamente através da venda de ações, para tornar mais rentáveis a venda dos ativos em questão.

Não parece ser outra coisa, senão uma queima geral para atender as finalidades de pagamento de juros e derrogar o banco.

## 41% da população não consegue pagar dívidas

A mais recente pesquisa sobre inadimplência realizada pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC-Brasil revela que 63,4 milhões de pessoas estão com as contas em atraso, o que representa 41% da população adulta brasileira. Esse número, que contraria a propaganda de recuperação econômica de Temer, cresceu 4,3% em julho na comparação com o mesmo período do ano passado, mostrando que as condições econômicas da população piora na medida que o país permanece no limbo da recessão iniciada durante o governo Dilma.

A pesquisa leva em consideração o número de pessoas que, com as contas em atraso, estão com o CPF (Cadastro de Pessoa Física) negativados pelos serviços de proteção ao crédito. O dado mais expressivo da pesquisa é que o crescimento de inadimplência se deve pelo atraso no pagamento de contas de serviços básicos, como energia elétrica e água, cuja alta registrada foi de 7,66% sobre julho do ano passado. Em segundo lugar, estão as dívidas com as instituições bancárias, com crescimento de 6,9% no mesmo período.

"O desemprego elevado e a renda achatada

dos brasileiros seguem contribuindo para esse avanço no quadro de inadimplência", avaliou o presidente da CNDL, José Cesar da Costa.

Mais da metade dos inadimplentes (32 milhões de pessoas) tem faixa etária entre 30 e 49 anos, segundo o levantamento das entidades. Isso significa que são mães e pais de família que, devido ao desemprego crescente e ao achatamento da renda, se veem na condição de devedores correndo o risco de terem esses serviços essenciais suspensos. A população jovem, entre 25 e 29 anos, também tem destaque no volume de inadimplentes, representando 46% do total ou 8 milhões de pessoas. Essa é a faixa etária mais afetada pelo desemprego, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além de ter o maior crescimento no volume de inadimplentes (+10,9% sobre julho do ano passado), a região Sudeste - apesar de concentrar o maior grau de desenvolvimento econômico do país - também concentra a maior parcela de negativados do país: 27 milhões de pessoas. A região Nordeste vem em seguida, com crescimento de 4,7% do número de negativados de um ano para o outro.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**  
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br

**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@oi.com.br

**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



### Juiz da Operação Lava Jato em Curitiba Moro ordena a prisão dos chefões da Mendes Júnior

O juiz federal Sérgio Moro determinou a prisão de integrantes da cúpula do grupo Mendes Júnior, após condenação em segunda instância. A ordem do magistrado alcança os executivos Sérgio Cunha Mendes, Rogério Cunha Pereira e Alberto Elísio Vilaça Gomes, condenados por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Sérgio Cunha, que pegou 27 anos e dois meses de reclusão, e Rogério Cunha, sentenciado a 18 anos e nove meses, foram condenados por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Alberto Elísio Vilaça foi condenado a 11 anos e seis meses por corrupção ativa e associação criminosa. As penas foram impostas pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), em Porto Alegre.

A denúncia do Ministério Público Federal apontou que R\$ 31.472.238,00 foram pagos em propina pela empreiteira Mendes Júnior Trading Engenharia em contratos da Petrobrás para a Diretoria de Abastecimento. Segundo a força-tarefa da Operação Lava Jato, os valores foram objeto de ocultação e dissimulação através do escritório de lavagem de dinheiro do doleiro Alberto Youssef.

De acordo com o MPF, a Mendes Júnior fez parte do "clube vip" de empreiteiras que, em cartel, fraudaram sistematicamente as licitações da estatal para a contratação de grandes obras a partir de 2006. Entre elas, obras na Refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

Na decisão, Moro afirmou que "tratando-se de crimes de gravidade, inclusive corrupção e lavagem de dinheiro, de mais de R\$ 30 milhões, a execução após a condenação em segundo grau impõe-se sob pena de dar causa a processos sem fim e, na prática, impunidade de sérias condutas criminais".

"Exaurida a segunda instância após o julgamento de embargos de declaração contra o acórdão nos infringentes, as penas devem ser executadas como previsto expressamente no julgado", escreveu. "Não cabe a este Juízo discutir a ordem", completou.

O juiz consignou nos mandados autorização para transferência dos presos para o Complexo Médico Penal em Piraquara, ala reservada aos presos da Operação Lava Jato. Como de costume, Moro deu 24 horas de prazo para os executivos se apresentarem voluntariamente à Polícia Federal.

# Mônica Moura confirma que Dilma negociou valores ilícitos



## Mônica Moura foi marketeira das campanhas do PT com João Santana Mantega torna-se réu pela primeira vez na Lava Jato por receber propina da Odebrecht

O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega tornou-se réu pela primeira vez na Lava Jato. O juiz Sérgio Moro aceitou a denúncia contra o ex-ministro e outras nove pessoas na segunda-feira (13).

Moro rejeitou a denúncia contra o ex-ministro Antonio Palocci. "Ressalvo, segundo a denúncia, apesar de ele ter participado dos fatos (...), consta que teria sido Guido Mantega responsável específico pela solicitação e pela posterior utilização dos R\$ 50 milhões", escreveu Moro ao falar sobre Palocci.

Guido Mantega e Antonio Palocci foram denunciados, na sexta-feira (10), pela Procuradoria Geral da República (força-tarefa da Lava Jato no Paraná) por receber dinheiro da Odebrecht para fabricarem as Medidas Provisórias nº 470 e nº 472, beneficiando a Braskem e outras empresas do mesmo grupo.

Essas Medidas Provisórias (o chamado "Refis da crise", de 2009) foram assinadas por Lula, depois de acordo com Emílio Odebrecht (em um e-mail de 28/08/2009, Marcelo Odebrecht comunica a um diretor da Braskem, Maurício Ferro, e ao lobista-chefe do grupo, Cláudio Melo Filho: "o amigo de meu pai disse que este assunto delegou para o Italiano [Palocci] resolver").

A parte de Palocci nesse roubo é mais conhecida. A de Mantega, nem tanto. Mantega tornou-se o operador de Lula, após a demissão de Palocci, em 2011, quando foi revelado que este último aumentara 20 vezes seu patrimônio pessoal entre 2006 e

2010 (v. HP 18/05/2011, Serra diz que a compra do apê por Palocci está bem explicada).

Daí, os 307 encontros de Mantega com Marcelo Odebrecht, entre 14 de março de 2011 e 6 de março de 2015, identificados pela Polícia Federal (PF), após cruzamento das antenas de celulares, que mostrou os dias e locais onde ambos estavam.

Além disso, a PF localizou 118 ligações telefônicas entre o celular de Marcelo Odebrecht e os telefones das secretárias e assessores de Mantega, quando este era ministro da Fazenda da mulher honesta do PT.

E não é tudo: a PF também localizou 129 ligações entre as secretárias de Marcelo Odebrecht e as secretárias de Mantega.

Se existe gente que, no PT, acha que isso é normal, somente é porque a anormalidade em questões públicas – sobretudo quando se trata de roubar o dinheiro público – passou a ser a norma nesse ambiente deteriorado.

**O AMIGO DO PAI**  
A propina da Odebrecht para Mantega, pela edição das Medidas Provisórias – que concediam isenções (e compensações) de impostos para as empresas do grupo Odebrecht, especialmente para a Braskem – foi de R\$ 50 milhões.

O depoimento de Marcelo Odebrecht é, aliás, ilustrativo: "Através dessa relação ilícita mantida com a Odebrecht, Guido Mantega negociou propina em um montante equivalente a R\$ 173 milhões, dos

quais pelo menos R\$ 143.999.000,00 foram efetivamente repassados pela Odebrecht no interesse do Partido dos Trabalhadores por meio de Guido Mantega".

Para quem, no PT, foi esse dinheiro? **ILÍCITO**  
Uma parte foi encontrada em duas contas secretas no exterior, em nome de Mantega.

A principal, batizada com o sugestivo nome de "Papillon", tinha US\$ 1.777.213 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e treze dólares). Em outro, havia US\$ 143.608,00.

Somente em 21/07/2017, Mantega tentou "reparar" esse dinheiro, apresentando como sua origem uma permuta imobiliária (entre dois prédios – nos 215 e 235 da rua Pequiuita, em São Paulo e algumas unidades no edifício Atrium VII, também em São Paulo).

O problema é que os valores não batem. (...) Evidentemente, os valores depositados nas contas de Mantega são ilícitos – se depender da explicação que ele apresentou, e até agora não conseguiu apresentar outra.

E esse sujeito era o ministro da Fazenda da mulher honesta – e guru do PT em matéria econômica (é verdade que substituído pelo Meirelles, logo que Lula tomou posse...). Porém, essa é uma pequena parte do que o PT recebeu, através de Mantega, da Odebrecht.

Quem recebeu, como dizem os marginais, a parte do leão? *Leia na íntegra em www.horadopovo.org.br*  
C.L.

## Mônica Moura e João Santana deram seus depoimentos ao juiz federal Sérgio Moro

O que torna o último depoimento de Mônica Moura – sócia e esposa do marketeiro de Lula e Dilma, João Santana – ao juiz Sérgio Moro especialmente estereótipo, é a total inconsciência de que está descrevendo um quadro de completa amoralidade, nos governos e campanhas de Lula e Dilma.

Certamente, essa inconsciência é porque ela própria está imersa nessa amoralidade. Ela não vê problema em receber dinheiro oriundo de negócios, como disse, "não muito republicanos". "Eu sou uma técnica", disse, "não sou política". E, por se declarar "uma técnica", ela acha que isso a torna inocente por receber uma parte da propina que a Odebrecht passou para Lula, Dilma e o PT.

É como se essa declaração suspendesse os seus deveres de cidadã – sobretudo, o dever de respeitar a lei. Ora, a lei é para os outros...

No entanto, essa espécie de complexo de sinhazinha, dá ao seu relato um tom de evidente veracidade, pela simples razão de que Lula, Dilma e a cúpula do PT também são assim. A confissão da senhora Santana é, portanto, uma voz que vem do lado dos criminosos, com a lógica (ou falta de lógica) deles.

É preciso uma rara ausência de escrúpulos para negar – como fez Dilma – que é verdade o que disse Mônica Moura, sobre as relações do PT com a Odebrecht.

O que o depoimento – na sexta, dia 10 – da esposa de João Santana evidenciou, foi que o roubo, a propina, tornara-se normal, e a regra, dentro do PT e dos governos petistas.

Por exemplo, eis como ela contou a negociação para a campanha à reeleição de Dilma, em 2014:

"Negociei com a Dilma, diretamente, eu e ela. Pela primeira vez na vida eu negociei diretamente com uma presidente, e com um candidato, valores.

"E depois ela me encaminhou ao Guido [Mantega] para que eu resolvesse a parte 'por fora'.

"A parte 'por fora', cheguei lá já com a negociação fechada.

"Eu disse [para Mantega]: 'acertei isso com a presidente e ela me disse que o senhor vai me dizer como é que vamos fazer'.

"Aí mais uma vez, [disse Mantega] 'ah vai ser a Odebrecht, você vai procurar Hilberto'".

Hilberto Silva era o chefe do departamento de propina da Odebrecht ("setor de operações estruturadas").

A mulher honesta do PT acertava o "por fora" – ou seja, a repassagem de propina, sem disfarces; e remetia ao operador, que era o ministro da Fazenda, que enviava ao departamento de propinas da Odebrecht.

A venalidade começava na presidente – o baltuado da honestidade petista – e ia até o ministro da Fazenda. Disse a acusada que não estranhou que um ministro da Fazenda tratasse dessa questão, pois, antes, disse, era outro ministro, Antonio Palocci, que tratava do mesmo assunto...

Interrogada pelo juiz Moro, Mônica Moura descreveu os encontros com Mantega: "No caso do Guido, não foi um, foram três encontros, uma das vezes estava o Edinho, Edinho Silva, que era o tesoureiro da campanha [de Dilma]".

A Odebrecht, disse, passava dinheiro para as campanhas de Lula e Dilma em "dois formatos".

No primeiro, ela recebia em dinheiro, no Brasil, em "hotéis, em flats". Havia uma senha – dada a ela por um dos funcionários do departamento de propinas da Odebrecht, Fernando Migliaccio – pois o entregador do dinheiro era sempre uma pessoa diferente.

No "segundo formato", o dinheiro era depositado em uma conta no Banco Heritage, na Suíça – a "conta Shellbill".

Era uma conta secreta – não declarada à Receita – cujos depósitos, por parte da Odebrecht,

somente no último período (2014-2015), perfazem US\$ 3 milhões (três milhões de dólares).

Entre 2011 e 2013, essa mesma conta teve depósitos de US\$ 17.601.925,69 (dezesete milhões, 601 mil, 925 dólares e 69 cents).

Na planilha apreendida na Odebrecht, os pagamentos "por fora" em dinheiro, dentro do país, entre 2014 e 2015, montam a R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e 500 mil reais).

Mônica Moura afirmou que recebeu apenas R\$ 10 milhões ou R\$ 15 milhões...

### PALOCCI

Mônica Moura depois ao juiz Sérgio Moro como acusada no processo, exatamente, sobre as propinas que vieram do "setor de operações estruturadas" (isto é, o departamento de propina) da Odebrecht (ao leitor que quiser conferir a íntegra das acusações: [DenunciaProcesso5019727-95.2016.404.7000](http://DenunciaProcesso5019727-95.2016.404.7000)).

Relatou a marketeira que era responsável pelo setor financeiro da empresa que tinha – ou tem – com o marido.

Em 2006 – campanha pela reeleição de Lula – e 2010 – primeira campanha de Dilma –, o responsável pelos acertos era Antonio Palocci.

Em 2012, na campanha de Fernando Haddad para prefeito de São Paulo, e de Patrus Ananias para prefeito de Belo Horizonte, os acertos foram com João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, hoje preso e condenado quatro vezes, a um total de 41 anos de cadeia.

Em 2014, no entanto, Palocci, depois que se descobriu seu miraculoso aumento de patrimônio (20 vezes em quatro anos), estava impossibilitado de operar as propinas.

Foi, então, substituído por Guido Mantega, ministro da Fazenda de Dilma.

Porém, Mantega não estabelecia – ou negociava – valores.

Quem fazia isso era a própria Dilma.

### EXTERIOR

Mônica Moura declarou que uma parte do dinheiro recebido da Odebrecht era por campanhas fora do Brasil.

"Em 2012, fizemos cinco campanhas, Angola, Venezuela, a do Haddad, a do Patrus Ananias e a do Panamá. Em quatro delas, por coincidência, a Odebrecht também estava".

As coincidências são, realmente, o sal da vida. O grande sucesso da marketagem de João Santana e sua esposa, consistiu em serem pagos pela Odebrecht – obviamente, com as propinas que eram passadas em cada local. Tudo por coincidência. Também foi uma coincidência que essas campanhas no exterior tinham ligação política com o lobby de Lula pró-Odebrecht.

Em depoimento anterior, Mônica Moura revelou que mais da metade da campanha de reeleição de Lula em 2006 foi paga pela Odebrecht:

"Nessa eleição, já recebemos parte oficial e parte caixa dois. E a Odebrecht pagou o caixa 2. Foi o primeiro ano que tivemos relação com a Odebrecht, que pagou parte no Brasil e parte no exterior".

Para receber, disse seu marido, "quando o Palocci falhava, eu tratava com o ex-presidente [Lula]. Falei duas ou três vezes, num intervalo do primeiro para o segundo turno (da campanha de 2006)".

Quando foi emitido o mandado de prisão para Santana e Mônica Moura, eles, que estavam na República Dominicana, foram avisados por Dilma. "Não sei se ela achou que a gente fosse fazer alguma coisa que jamais fariamos, tipo, desaparecer ou algo assim", disse a marketeira.  
C.L.

## Haddad fala das boas relações PT-PSDB em São Paulo e não descarta votar em Alckmin

O candidato a vice na chapa do PT, Fernando Haddad, não descartou a possibilidade de votar em Geraldo Alckmin no segundo turno. "O PT e o PSDB, aqui em São Paulo mesmo, tiveram episódios muito interessantes", afirmou, em entrevista promovida pelo banco BTG Pactual, em São Paulo. "O PT não tem esse preconceito", disse.

Lançado oficialmente como candidato a vice, ele falou na condição de representante do PT, uma vez que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está preso em Curitiba.

Haddad lembrou, por exemplo, que, em 1998, a então petista Marta Suplicy ficou de fora do segundo turno na disputa do governo estadual e decidiu apoiar Mário Covas (PSDB), que venceu a disputa contra Paulo Maluf (PPB, atual PP).

O vice comentou que

dois anos depois, foi a vez do tucano retribuir a gentileza. "A Marta foi para o segundo turno e, como era o mesmo adversário, o Covas retribuiu, e a Marta foi eleita em 2000 com apoio do PSDB", disse.

Fernando Haddad continuou discorrendo sobre as boas relações entre petistas e tucanos, ressaltando que – quando foi ministro da Educação, durante seis anos do governo Lula – nunca teve um voto contrário do PSDB no Congresso Nacional.

Ele também defendeu o candidato tucano à presidência, Geraldo Alckmin, cuja gestão foi alvo de denúncias de desvios em relação ao Rodoanel. "Na campanha eleitoral, se me perguntarem sobre o Alckmin, vou dizer a verdade. Em quatro anos, nunca vi um empresário sugerir uma conduta inadequada do Alckmin", disse.

## Cabral admite que pegou a grana, mas que "não agiu como corrupto"

O ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), foi ouvido na segunda-feira (13) pelo juiz Marcelo Bretas, da 7.ª Vara Federal Criminal, em processo decorrente da Operação Unfair Play, que apura compra de votos para o Rio sediar a Olimpíada. O ex-governador voltou a admitir o uso de recursos não contabilizados, mas negou que "tenha agido como corrupto".

"Fiz uso de caixa 2. Não estou dizendo que é um mal menor. Não é estratégia de defesa", disse. "O que eu não fiz foi pedir propina, agir como corrupto. Eu nunca cheguei ao Arthur Soares para pedir isto ou aquilo",

continuou Cabral.

Segundo ele, os recursos de campanha que recebeu e não foram contabilizados nunca foram acompanhados de promessas ou garantias de contratos durante seus governos.

Mas seu ex-secretário de Saúde, Sérgio Côrtes, que também é réu na ação penal, prestou depoimento logo depois do ex-governador e disse o contrário. Ele declarou que a versão da contribuição sem um interesse por trás é "querer se enganar". "Não tenho dúvida nenhuma que esse acerto está correlacionado", disse.

*Ler mais em www.horadopovo.org.br*

## Odebrecht diz que repassou R\$ 1,8 milhão para Aécio em troca de contratos em MG

Em depoimento, o executivo da Odebrecht, Sérgio Neves, informou que, a pedido de Aécio Neves, a Odebrecht repassou dinheiro por meio de caixa 2 para a campanha de 2010. "Em junho de 2009, Benedito Jr. me procurou reportando que havia acertado com Aécio Neves um apoio para a pré-campanha do Antonio Anastasia para o governo de Minas, para concorrer como candidato ao governo de Minas.

Ele me indicou que o valor que a empresa iria contribuir era de R\$ 1,8 milhão e que deveria ser feito via um contrato com o marqueteiro do Aécio, que era o Paulo Vasconcelos do Rosário", disse Sérgio Neves no depoimento.

De acordo com a investigação, a contrapartida seria ajuda à Odebrecht, para a empresa obter benefícios em obras em Minas Gerais. O executivo ainda contou na colaboração que Vasconcelos o procurou e os dois teriam combinado que o pagamento seria feito por meio de um contrato fictício de um plano estratégico de comunicação para a empresa.

"Dessa forma, depois de acertado, chegou a um consenso com o Paulo sobre o escopo, esse escopo, eu elaborei na Uéslei Marcelino/Reuters



Depoimentos ligam Aécio a propina da Odebrecht

# Cortes deixam ciência brasileira em risco, diz presidente do CNPq

“Estamos já na fase final para desenvolvimento de vacina para a dengue, para a zika, por exemplo. Isso tudo está comprometido”, diz o presidente do CNPq

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) emitiu um alerta para o risco do corte das bolsas de estudos para 2019. A carta aberta à sociedade denuncia o corte de 33% ou R\$ 400 milhões do orçamento do CNPq, o que limitará o lançamento de editais e contratações de novos projetos.

O alerta foi realizado após a própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), condenar o arrocho orçamentário para a área de Ciência e Tecnologia realizado por Temer. “Cada real que se destina à pesquisa científica e cada minuto que se permite à inteligência e criatividade brasileiras exercitarem a busca por soluções, nos mais diferentes campos, não sempre render frutos e benefícios para o país”, lembra ele no documento, intitulado “A ciência brasileira está em risco”.

“A história comprova isso: nações que se desenvolveram efetivamente, que deram salto em busca de se tornarem mais prósperas e justas, valeram-se intensamente dos benefícios proporcionados pela pesquisa científica”, afirma o professor Mario Neto Borges, presidente do CNPq.

O órgão paga atualmente cerca de 80 mil bolsistas, em sua maioria jovens pesquisadores que formam a base da pirâmide de ciência e tecnologia no Brasil. Com os cortes, avanços nas pesquisas, desenvolvimento tecnológico e social serão amplamente prejudicados.

“Se isso acontecer, vamos ter que cortar pesquisa integralmente e mesmo assim faltariam recursos para o pagamento das bolsas”, afirmou Mário Neto Borges, em entrevista ao Jornal da Ciência, da SBPC.

## PROJETOS

Segundo Borges, não será possível realizar o pagamento dos 5 mil projetos aprovados no Edital Universal 2018 (cerca de R\$ 150 milhões previstos para o ano que vem) e o pagamento da parcela de 2019 dos 102 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), que reúnem hoje mais de 3 mil pesquisadores. “Se esse corte se concretizar, ele derrubará todos esses projetos no ano que vem”, afirmou.

Com isso, pesquisas importantes na área de saúde, na área de alimentos, em áreas cruciais para a população, serão paralisadas. “Estamos já na fase final de estudos para desenvolvimentos de vacina para a dengue, para a zika, por exemplo. Isso tudo está comprometido”, disse.

Outras ações que serão impactadas incluem projetos de pesquisa em educação, ciências sociais aplicadas, popularização da Ciência, o Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD), o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), Programa de Capacitação em Taxonomia (PROTAX) e o Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas.

“Isso compromete a ciência brasileira e, por consequência, o desenvolvimento do País. Cortes em ciência não param o País, eles fazem pior, nos fazem andar para trás. A comunidade tem que nos ajudar a reverter isso”, ressaltou.

## FINEP

A Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), que administra as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), também adverte para a crise eminente. De acordo com o orçamento proposto por Temer, o FNDCT sofrerá um congelamento de 63% de seus recursos.

O FNDCT apoia a compra de equipamentos, prédios, infraestruturas para todos os institutos de ciência e tecnologia do país (ICTs) – centros de pesquisa e universidades públicas e privadas, federais e estaduais, e projetos de pesquisa. Tudo isso será seriamente afetado pelo corte previsto na proposta orçamentária do governo.

O orçamento previsto pelo governo para a Finep é que de uma arrecadação prevista para o FNDCT de R\$ 5,6 bilhões, apenas R\$ 746 milhões serão destinados para atividades não-reembolsáveis. Para empréstimos destinados a atividades

reembolsáveis – créditos a empresas –, a previsão é de R\$ 1,4 bilhões. “Isso significa dizer que ficarão retidos o equivalente a R\$ 3,5 bilhões da arrecadação do FNDCT”, alerta o presidente da Financiadora, Marcos Cintra.

De acordo com Cintra, apenas para cumprir os compromissos já assumidos para atividades não reembolsáveis, que incluem manutenção, compra de equipamentos, financiamento de projetos de CT&I, apoio às universidades e a todos os institutos de pesquisa, para o próximo ano é R\$ 1,6 bilhões.

Mas o orçamento de 2019 proposto pelo governo para a Finep prevê menos da metade disso. “Com isso, a previsão da Finep é, em 2019, fazer apenas um desembolso dos compromissos já assumidos (tradicionalmente a Finep faz 2 desembolsos para projetos aprovados). Isso significa que atenderemos menos da metade do necessário, e o espaço para novas atividades será zero”, afirma Cintra.

“Não teremos condições de lançar novos editais. Esse ano, por exemplo, tivemos editais de compra de equipamentos para laboratórios multiusuários, financiamento a projetos de pesquisa dos ICTs, para o projeto Sirius do CNPq, o reator Multipropósito, laboratórios para as universidades. Foi lançada também nesse ano a chamada SOS Equipamentos, para a manutenção de aparelhos, projetos de biotérios. Tudo isso é feito com recursos não reembolsáveis, mediante chamadas públicas. Essas chamadas estão 100% inviabilizadas em 2019”. O resultado é o sucateamento de laboratórios.

Além das novas chamadas, Cintra reitera que a Financiadora não terá condições de pagar todos os projetos que já foram aprovados – centenas de projetos em andamento. “Vamos ter que selecionar o que vamos pagar e o que não vamos poder pagar. Metade dos compromissos já assumidos para 2019 não poderão ser pagos. Isso é uma absoluta falta de discernimento do que é estratégico para o País”, desabafou.

## TERRA ARRASADA

Na semana passada, a Capes publicou nota alertando sobre a realidade de paralisação nas atividades e pedindo ao governo federal que impeça a redução nas verbas. O corte na verba das bolsas é consequência da proposta orçamentária do governo de Michel Temer para o ano que vem.

Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) já havia demonstrado preocupação com a situação do CNPq e da Capes. “São agências de fomento fundamentais. Essas entidades são fundamentais na infraestrutura em universidades, apoio às empresas tecnológicas e a laboratórios. Não adianta ter bolsa se o laboratório está parado”, afirmou Moreira.

“Os programas de importância estratégica para ciência do país, já prejudicados fortemente pelos cortes orçamentários dos últimos anos, seriam ainda mais afetados pela falta de recursos. Confesso que estou perplexo, é a política de terra arrasada, o orçamento desse ano já é terrível, e agora pode ficar ainda pior”, afirmou o físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

“É um absurdo que as três agências fundamentais de financiamento à ciência e tecnologia no País tenham passado, nos últimos dois anos, por cortes drásticos de recursos. É a previsão para o ano que vem é pior ainda. Esse orçamento proposto será votado no Congresso Nacional. Por isso precisamos fazer uma pressão muito grande para evitar o colapso desse sistema estratégico para o desenvolvimento do Brasil”, declarou o presidente da SBPC.

“A SBPC convoca toda a comunidade científica brasileira para, mais uma vez, e com mais força, se manifestar junto ao Congresso e ao governo nesse momento de definição do orçamento, na tentativa de diminuir o desmonte que se desenha. Não podemos nos render. Se não houver uma mobilização massiva agora, poderá ser tarde demais”, alertou Moreira.



Em Curitiba, mais de mil estudantes e pesquisadores se mobilizaram contra os cortes nas bolsas e nos incentivos à Ciência & Tecnologia



Anuário Brasileiro da Segurança Pública revela que números da violência dispararam

## Brasil: 63.880 mortes violentas em 2017

O número de mortes violentas intencionais no Brasil somou 63.880 em 2017, o que significa média de 175 mortes por dia (ou ainda 7,2 por hora), segundo o 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado nesta quinta-feira pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Segundo o estudo, o total de assassinatos reportados pelas secretarias estaduais de segurança de todo o País em 2017 supera em 2,9% o índice do ano anterior e trata-se do maior número desde que os dados da violência começaram a ser compilados pelo FBSP, em 2013.

O Fórum considera mortes violentas intencionais o conjunto dos casos de homicídio doloso (ou seja, com intenção de matar), lesão corporal seguida de morte, mortes causadas pela polícia, morte (ou vitimização) de policiais e latrocínios (roubo seguido de morte).

As maiores taxas de homicídios em 2017 foram registradas nos estados do Rio Grande do Norte, Acre e Ceará, com 68, 63,9 e 59,1 mortes a cada 100 mil habitantes, respectivamente. As menores foram registradas em São Paulo

(10,7), Santa Catarina (16,5) e Distrito Federal (18,2). A taxa média de mortes violentas no Brasil hoje é de 30,8 para cada 100 mil habitantes.

As capitais concentram 16.799 das mortes violentas intencionais, com mais de um quarto do total de assassinatos e uma taxa média de 34 por 100 mil habitantes. Os piores índices foram encontrados em Rio Branco (83,7), Fortaleza (77,3) e Belém (67,5).

“A piora dos índices de violência ocorre por dois movimentos: existem as novas dinâmicas do crime organizado, com disputas de poder entre as facções, e a insistência de políticas públicas ‘mais do mesmo’”, diz Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“O debate sobre segurança pública precisa ser travado não sobre questões morais, mas no campo da política. O problema é a violência, não apenas o crime organizado ou porte de armas”, reforçou a diretora-executiva do Fórum, Samira Bueno.

## POLÍCIA

O Anuário Brasileiro da Segurança Pública deste ano reúne também dados referentes às mortes que envolvem a participação de policiais. Ao longo do ano passado, 367 policiais (civis

ou militares) foram assassinados, o que representa média de um agente por dia. Na comparação com 2016, houve queda de 4,9% nesse índice.

Já o total de cidadãos civis mortos em intervenções policiais chegou a 5.144 em 2017 (média de 14 mortes por dia), número que indica aumento de 20% do registrado em relação ao ano anterior.

## MULHERES

O levantamento mostrou que 4.539 mulheres foram vítimas de homicídio em 2017, alta de 6,1% em relação ao ano anterior. Os estupros no Brasil somaram 60.018 ocorrências em 2017, um aumento de 8,4% em relação a 2016. Apesar do forte aumento, o dado é subestimado, uma vez que só entre 7,5% a 10% dos casos, que atingem, sobretudo as mulheres, são registrados.

Pela primeira vez, foram registrados os casos que violência doméstica, que atingiram 221.238, ou 606 casos por dia. Já os casos identificados como feminicídio, quando a motivação é o gênero, praticamente quase dobraram entre um ano e outro, passando de 621 para 1.133 ocorrências.



## Assassinato de Marielle: 150 dias de impunidade

Jungmann oferece PF para assumir investigação da morte da vereadora

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes completaram 150 dias, no último sábado e ainda estão sem solução. Esse prazo já supera em o dobro de tempo levado até o indiciamento dos culpados na morte da juíza Patrícia Accioli (assassinada em uma emboscada armada por milicianos), em 2011, e na morte do pedreiro Amarildo de Souza (levado por policiais na Rocinha), em 2013.

A demora nas investigações do caso Marielle preocupa especialistas em segurança pública. “Esperava um prazo mais curto. Quanto mais o tempo passar, mais difícil será resolver o caso”, declarou o sociólogo Ignácio Cano, coordenador do Laboratório de Análise da Violência (LAV), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Marielle e Anderson foram mortos na noite de 14 de março, após uma perseguição de dois outros veículos, no bairro do Estácio, zona norte do Rio.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, sugeriu, neste domingo (12), em entrevistas à imprensa que a Polícia Federal poderia assumir a investigação, mas de acordo com ele, do ponto de vista legal, a Polícia Federal não pode assumir o caso sem que seja solicitado. Jungmann disse que o pedido para a entrada da PF nas investigações pode ser feito pelo interventor, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro à Procuradoria Geral da República, Rachel Dogde, ou pela Secretaria estadual de Segurança.

Ele também voltou a dizer que a complexidade do caso se deve ao fato do crime ter envolvido crime organizado e agentes do Estado. “Esse assassinato da Marielle envolve agentes do Estado. Envolve, inclusive, setores ligados, seja a órgãos de controle do Estado, seja a órgãos, inclusive, de representação política”, disse o ministro.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL) cobrou que a Divisão de Homicídios investigue a possível participação de deputados do PMDB envolvidos na Lava Jato.

Até o momento a principal linha de investigação da Divisão de Homicídios ainda é baseada no depoimento de uma única testemunha, ouvida em maio. Essa testemunha apontou o vereador Marcelo Siciliano, do PHS, e o miliciano e ex-PM Orlando Oliveira de Araújo, conhecido como Orlando Curicica, como mandantes do assassinato de Marielle Franco.

## Lava Jato: MPF pede o ressarcimento de R\$ 2,3 bilhões ao Rio de Janeiro

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou cerca de R\$ 2,36 bilhões de ressarcimento para a reparação de danos aos cofres públicos ocasionados pelos condenados nos desdobramentos da operação Lava Jato no Rio de Janeiro.

A informação consta de um levantamento realizado pelo MPF que informa, também, que R\$ 452,2 milhões já foram pagos em multas compensatórias decorrentes de acordos de colaboração com o ministério.

Políticos como o ex-governador Sérgio Cabral, acusado de receber propina para fechar contratos públicos, além de desviar verba de obras do governo estadual e o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro com suas contas na Suíça estão presos por conta da operação no estado. Os prejuízos atribuídos a eles é estimado em R\$ 220 milhões para Cabral e US\$ 48 milhões para Cunha.

As 37 condenações no Rio de Janeiro, ocasionadas por decorrência das operações relacionadas com a Lava Jato somam penas de 523 anos e 8 meses de reclusão.

As condenações realizadas são consequência de crimes como: fraude em licitações, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa, falsidade ideológica, evasão de divisas, crime contra a ordem econômica, embaraço a investigação de organização criminosa, crime contra o sistema financeiro e tráfico de influência.

Com outros desdobramentos da Lava Jato, a Operação Cadeia Velha resultou na prisão da cúpula da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O ex-presidente da Alerj, Jorge Picciani, e os deputados Paulo Mello e Edson Albertassi foram acusados de usar influência para aprovar projetos que favorecessem empresas de ônibus e empreiteiras.

De acordo com as investigações, Picciani e Melo teriam recebido R\$ 112 milhões em propinas num período de cinco anos. O MPF pediu ao TRF-2 o bloqueio de R\$ 154,46 milhões do presidente da Alerj.

Recentemente, a Operação Hashtag, outro braço da Operação Lava Jato, prendeu o banqueiro Eduardo Plass e mais duas sócias minoritárias, envolvendo uma joalheria no Rio. O esquema envolveu mais de R\$ 90 milhões dos cofres públicos e também, bens de Sérgio Cabral. Em março, a força tarefa da Lava Jato no Rio devolveu ao estado R\$ 250 milhões desviados pelo esquema liderado por Cabral.

## Após anos de queda, mortalidade materna aumenta para 64,4 a cada 100 mil em 2016

O Ministério da Saúde confirmou o aumento da mortalidade materna no ano de 2016. Segundo os dados oficiais foram 64,4 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos. Com isso, o país fica ainda mais distante de cumprir com o compromisso assumido com a ONU para a redução de 75% dessas mortes até 2015.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, depois de cair 56% desde 1990, em 2013 a mortalidade materna voltou a crescer. Em 2016, foram 64,4 óbitos para cada 100 mil. Em 2015, a taxa foi de 62 mortes.

A morte materna é definida por qualquer morte que acontece durante a gestação, parto ou até 42 dias após o parto, desde que seja decorrente de causa relacionada ou agravada pela gravidez. Cerca de 92% são evitáveis e ocorrem principalmente por hipertensão, hemorragia, infecções e abortos clandestinos.

O aumento da mortalidade materna é mais um elemento de comprovação do fracasso da política de arrocho realizada pelos governos Dilma e Temer (PT/PMDB). No último período, também houve aumento na mortalidade



Número passou de 62 para 64,4 a cada 100 mil nascidos

infantil. Além do retorno de doenças como o sarampo e a explosão do número de casos de sífilis no país.

As regiões Norte e Nordeste concentram as taxas mais altas (84,5 e 78). No Amapá, chega a 141,7, índice comparável a países como Butão e Argélia. O Sul e o Sudeste brasileiros têm os menores índices: 44,2 e 55,8, respectivamente.

Ainda assim, estão distantes de países como Polônia, Finlândia, Suécia, Austrália e Itália, que registram entre 3 e 4 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, segundo dados de 2015.

Após o fracasso, o Brasil renovou sua meta de redução da mortalidade materna, em

maio deste ano. A nova meta presume redução de 50% nos próximos 12 anos, chegando a 30 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2030 - o plano original era chegar a 2030 com 20 mortes por 100 mil.

Segundo o ginecologista Rodolfo Pacagnella, presidente da Comissão de Mortalidade Materna da Federação das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), a morte materna é causada por uma somatória de erros e demora na assistência à mulher.

“Só o pré-natal não reduz mortes maternas. A mulher pode ter um pré-natal normal, mas apresentar uma complicação no final da gestação e morrer pela demora em receber assistência adequada.”

# Temer tenta outra vez adiar para 2020 o reajuste do funcionalismo



No ano passado o governo já tentou barrar acordo assinado em 2016



Flexibilização das regras de terceirização foi um dos pontos debatidos

## Audiência pública no Senado aponta para precarização das relações de trabalho

A flexibilização das regras de terceirização implementada pela reforma trabalhista precariza as relações de trabalho, é o que afirmam os participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, na quinta-feira (9).

A audiência foi organizada pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho e faz parte de um ciclo de debates sobre o tema puxado pela Sugestão Legislativa 12 de 2018 (SUG 02/2018) de autoria do Senador Paulo Paim (RS).

Para o Senador, a reforma desregulamenta a terceirização, gerando efeito negativo nas relações de trabalho, prejudicando os trabalhadores que passam a não ter vínculo direto com a empresa, diminuindo os salários. “Os novos contratados recebem remunerações menores até que o salário mínimo. Como podemos retomar o consumo e reforçar a política de emprego se a renda da população

diminui cada vez mais?”

Para Anna Taboas, do Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes do Rio de Janeiro, com a reforma, o trabalhador fica numa situação maior de vulnerabilidade. “O terceirizado e o empregado exercem a mesma função, mas têm direitos diferentes. Além disso, nas audiências, as empresas alegam não saber se o terceirizado trabalhou na instituição e jogam a responsabilidade para a empresa terceirizada”, explicou.

Segundo a pesquisadora Marilane Teixeira, do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), no período de novembro de 2017 a julho de 2018, “as formas de dispensa estão distribuídas em 58% desligamentos sem justa causa, 22% por pedidos de demissão e 1%, que corresponde a 80 mil pessoas, por desligamentos por acordo. Acontece que as homologações estão sendo feitas dentro da empresa. Assim, não refletem a verdade.”

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CA-

GED), no mesmo período houve 9.669.103 desligados e 9.672.329 admitidos, uma movimentação de 19 milhões de trabalhadores.

A Previdência social também foi ponto de discussão na audiência. O presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle (Fenafirc), Ogib de Carvalho Filho, apresentando números do Caged disse que só se criaram empregos com remuneração até dois salários mínimos em 2018.

“Rapidamente, o reflexo disso vai ser a alegação de que não se tem dinheiro suficiente para a aposentadoria. Isso só interessa a quem quer capital, não interessa ao trabalhador”.

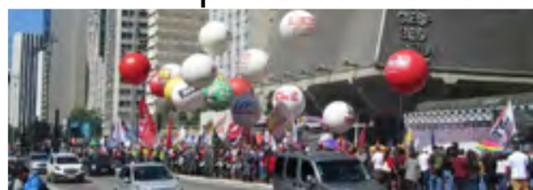
A audiência concluiu que o verdadeiro interesse da reforma trabalhista sempre foi atender os interesses dos patrões em busca de aumentar o lucro e a concentração de renda no país e rifar uma das legislações trabalhistas das mais avançadas do mundo, a CLT.

## Tentativa do PT de transformar manifestação dos trabalhadores em ato pró-Lula vira fiasco

A manipulação do ato que era para ser o “Dia do Basta!” contra a recessão, juros altos, reforma da Previdência e a lei da escravidão trabalhista recuando em um tremendo fracasso.

Setores do movimento sindical ligados ao PT tentaram transformar a manifestação do último dia 10, de reivindicação dos trabalhadores, em um ato pró-Lula, o que acabou isolando o movimento.

“Fracassou ato do dia do ‘basta’, que se transformou em ‘Lula livre’. Tentativa da



Trabalhadores não atenderam ao chamado

CUT de manipular o ato deu com os burros n’agua. Trabalhadores não atenderam chamado pois a manipulação era evidente. A CGTB avisou antes”, avaliou o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira).

A executiva nacional divulgou nota na véspera criticando a manipulação, que rompeu a unidade que havia sido formada em torno da defesa do emprego, da aposentadoria e dos direitos trabalhistas.



### Anistia tinha sido acordada

## Governo veta anistia às multas da greve dos caminhoneiros

Michel Temer sancionou na semana passada a lei que estabelece a Política de Frete Mínimo para os transportes rodoviários, mas vetou a anistia às multas judiciais e de trânsito aplicadas durante a greve dos caminhoneiros.

O texto da lei 13.703/18 foi publicado na quinta-feira, 9, no do Diário Oficial da União e extinguiu uma anistia que havia sido acordada durante a paralisação dos caminhoneiros.

Ainda durante a greve, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu um pedido da Advocacia Geral da União e impôs multa de R\$ 100 mil por hora às empresas que estimulassem interdições de vias, além de multa de R\$ 10 mil por dia para o motorista que obstruísse a pista. Fora isso, os caminhoneiros também obtiveram multas de trânsito.

Com a força da greve, o governo se viu obrigado a atender as reivindicações dos caminhoneiros, que obtiveram amplo apoio da população na sua justa demanda. A redução no preço do diesel nas bombas e a fixação de valores mínimos do frete foram as principais, mas no decorrer da paralisação a anistia também ganhou força.

Com o veto, Temer desrespeita o acordo firmado com os caminhoneiros para que terminassem a greve, além de ser uma demonstração de que o direito de greve não é respeitado, considerando o trabalhador como caso de polícia: “a aplicação das multas e sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro foram impostas por decisão judicial cautelar em tutela provisória e em função do poder de polícia do Estado”, diz a justificativa de Temer, e por isso “a proposição deveria estar acompanhada de seu impacto orçamentário e financeiro como requisito de validade”.

A lei manteve a definição de que as regras do piso serão feitas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e vedado qualquer acordo ou convenção – individual, coletiva, de entidade ou representação – que resulte em pagamento menor que o piso mínimo estabelecido.

## 70% das domésticas estão na informalidade

Três anos depois da aprovação da PEC das domésticas, 70% estão na informalidade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C) demonstrou que 30,0% tinham carteira de trabalho assinada no 1º trimestre de 2018, já no mesmo período do ano passado eram 31,5%.

Enquanto o número de domésticas aumentou no país para 6,3 milhões, o contingente de informalidade da categoria aumentou de 4,2 milhões em 2015 para 4,4 milhões no primeiro trimestre de 2018.

O gerente de pesquisa do IBGE, Cimar Azeredo, explica que “as domésticas são vítimas da crise. Muitas trabalhavam no comércio ou na indústria, mas, com a falta de oportunidades, agora atuam como domésticas. Se abrirem vagas em outras áreas, elas vão sair dos atuais empregos”.

“A lei pegou. Hoje as domésticas têm uma série de di-

reitos garantidos, mas é caro manter um empregado formal. Com a crise, as pessoas tiveram de cortar gastos”, diz o advogado Carlos Eduardo Dantas Costa.

A categoria cresceu comparada a julho do ano passado em cerca de 180 mil postos de trabalho, contudo esse aumento não se refletiu no aumento de contratações com carteiras assinadas. No ano passado foram criados 1,8 milhões de empregos informais no país.

O trabalho informal implica na perda de direitos e da proteção social garantida por eles. O que significa na imensa maioria das vezes diminuição da remuneração dos trabalhadores, quando se compara com de carteira assinada. No caso dos trabalhadores domésticos a média salarial das empregadas sem carteira é hoje de R\$ 730, o equivalente a 60% do salário das registradas (R\$1.500).

A recomendação foi feita pelo ministro do Planejamento e deverá ser transformada em MP e enviada em breve ao Congresso

Michel Temer decidiu tentar adiar novamente o reajuste salarial dos funcionários públicos federais de 2019 para o ano seguinte. A recomendação foi feita pelo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, e deverá ser transformada em Medida Provisória (MP) e enviada em breve ao Congresso.

O reajuste de 2019 dos servidores, que engloba diversas categorias profissionais, entre civis e militares, faz parte de um acordo firmado em 2015 entre o governo e a categoria. Assinado no ano seguinte, o acordo previa um reajuste dividido em quatro parcelas pagas de 2016 a 2019.

Já no ano passado o governo tentou barrar a parcela de reajuste que foi paga este ano. Temer assinou uma Medida Provisória (805) em outubro de 2017, que previa o adiamento ou o cancelamento das correções salariais de mais de 253 mil servidores ativos e inativos do Executivo Federal.

Após muita mobilização por parte dos servidores, o reajuste foi garantido através de uma liminar concedida no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo ministro Ricardo Lewandowski. Logo que aprovado o reajuste deste ano, Colnago anunciou que tentaria barrar o do próximo. Sob o argumento já conhecido de que é preciso cortar “gastos”, o governo defende que caso não seja adiado o aumento dos servidores, previsto para ser pago em janeiro, haverá cortes bilionários nos programas sociais no ano que vem.

A primeira tentativa foi votar um dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, em julho, que proibia qualquer reajuste. Mais uma vez a vitória foi dos servidores e o dispositivo foi derrubado.

Para o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud/SP), esta é a “última parcela

do reajuste assegurado com a greve de 2015 e à época [em que foi assinado o acordo], o próprio STF reconheceu em documento oficial que o valor do reajuste foi muito aquém das perdas salariais da categoria, já na casa dos 50%”.

Segundo uma nota publicada pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU (Fenajufe), “desde 2006, quando foi aprovado o último Plano de Cargos e Salários da categoria, e até a finalização da recomposição salarial estabelecida na Lei 13.317/2016, em janeiro próximo, somadas todas as parcelas remuneratórias, o total da folha de pagamento dos servidores do Paju totalizará uma

“perda” de poder aquisitivo de mais de 50% - de acordo com o INPC do IBGE”.

Com a LDO aprovada – e permitindo o reajuste – resta ao governo inserir o dispositivo que adia o aumento dos servidores no Orçamento oficial de 2019, conhecido como Lei Orçamentária Anual (LOA 2019), que deve ser votada até 31 de agosto.

O argumento do Governo, inclusive ameaçando programas sociais, fica bastante frágil à luz da recente proposta enviada ao Congresso Nacional de previsão de reajuste em 16% apenas para os juízes, promotores e procuradores do país.

Segundo Adilson Rodrigues, servidor da Justiça Federal em Santos e integrante da coordenação geral da Fenajufe, “nós defendemos a data-base para todos os servidores e trabalhadores e não aceitaremos tratamento diferenciado. É hora de começar a construir a mobilização, para impedir que tratamento diferenciado e excludente entre juízes e servidores se perpetue”.

Sobre essa questão, a Fenajufe aponta que “o mínimo que se poderia esperar de um Poder que se autoreivindica produtor de Justiça era a paridade de recomposição remuneratória extensiva aos trabalhadores que fazem o Judiciário Federal brasileiro existir”.

ANA CAMPOS

## Sindicato alerta população sobre impactos para a cidade-sede com venda da Embraer

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos está em campanha para envolver a população da cidade sede da Embraer contra a venda da empresa para a estadunidense Boeing. Os sindicalistas distribuíram jornais à população de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava e convidaram para a audiência pública marcada para o próximo dia 20 de agosto, na Câmara Municipal da cidade.

Com o tema “Riscos e futuro para o Brasil” o objetivo da audiência é “mostrar para a população os impactos negativos que esse negócio provocará e envolvê-la na discussão para pressionar o governo federal a fim de barrar a venda – algo possível se o presidente da República usar a ação golden share, que dá direito de veto sobre a operação.”

Os sindicalistas distribuíram jornais à população e denunciavam que “desde que os planos de venda foram divulgados

estima-se que este ano já foram demitidos cerca de 300 funcionários.”

O acordo anunciado pelo governo tem por objetivo criar uma empresa joint venture (cujas operações são mantidas em comum) na qual a norte-americana Boeing ficaria com o controle de 80%, pagando a bagatela de US\$ 3,8 bilhões.

“Há uma ilusão de que ao ser vendida para a Boeing, a empresa brasileira vai se fortalecer. É justamente o contrário. O Brasil e nossa região só têm a perder com essa transação comercial. É importante que a população esteja consciente disso e cobre do governo o veto à venda”, afirma o diretor do Sindicato, Herbert Claros.

Os trabalhadores compõem um importante movimento de resistência a entrega do patrimônio público que atende apenas aos interesses externos, rifando os trabalhadores, a produção tecnológica brasileira e ameaçando a soberania nacional.

## Erdogan resiste à guerra comercial dos EUA e diz que juros não aumentarão

Sob ataque especulativo e guerra comercial de Trump, a moeda turca perdeu em menos de uma semana 20% do seu valor em relação ao dólar e 45% desde o início do ano, com a derrubada ameaçando atingir outras moedas dos países ditos emergentes, temor de 'contágio' nos bancos europeus expostos à dívida turca, e com os especuladores descaradamente exigindo que Ancara jogue os juros nas alturas ou vá ao FMI. O presidente Recep Erdogan afirmou que o país não está em crise, mas sob os "misséis" da flutuação de câmbio e os "terroristas" a soldo dos especuladores internacionais. Ele denunciou que os EUA "esfaquearam a Turquia pelas costas" e rasgaram as normas da OMC.

Erdogan denunciou que a Turquia estava confrontando "um bloqueio econômico". "Ficou claro que os ataques contra a Turquia, que começaram em 15 de julho [de 2016] não irão terminar, devemos estar prontos para isso. Nos anos recentes, os ataques a nós só podem ser explicados pelo fato de que estamos resolutamente defendendo nossos interesses".

Destacando a saúde da economia, afirmou que "a taxa de câmbio retornará a indicadores razoáveis em um futuro próximo".

O caso do pastor norte-americano acusado de envolvimento com o golpe para derrubar Erdogan é só um pretexto para obrigar a Turquia a se dobrar a Washington, sendo sabido que estão cobrando a fatura do oleoduto otomano-russo "Turk Stream", do acordo de compra do sistema antimíssil russo S-400, do recuo na Síria e da recusa em suspender a compra de petróleo iraniano. No ano passado, a economia da Turquia cresceu 7,4%, mais que a China, e no patamar da Índia. Trump deu a senha para o ataque especulativo contra a lira, com sua tuitada anunciando que iria elevar no caso da Turquia a sobretaxa sobre o aço para 50% e a sobre o alumínio, para 20% - o dobro do aplicado aos demais países - e explicando que as relações "estavam ruins".

Entre os bancos que estão na linha de fogo de Trump contra a Turquia, estão o BBVA espanhol, com 83,3 bilhões de euros de exposição, o italiano UniCredit, com 38,4 bilhões de euros e o francês BNP Paribas, com 17 bilhões. Em Berlim, a primeira-ministra Angela Merkel disse que flagelar a Turquia não ia fazer bem a ninguém e que a Europa precisava de uma Turquia próspera. Outras moedas, como o rand sul-africano, o peso mexicano e a rúpia indiana, sentiram o baque. O BC argentino correu a elevar os juros básicos de 40% para 45%.

Erdogan se recusa a elevar os juros. O BC turco amplia o limite de garantia de depósitos de operações com liras de 7,2 bilhões de euros para 20 bilhões, restrição dos swaps cambiais e injeção de US\$ 6 bilhões e o equivalente em ouro a US\$ 3 bilhões para sustentar a liquidez do sistema bancário. Ele convocou a população a se desfazer de dólares e euros para sustentar a lira, acrescentando que se eles, os "assassinos econômicos" têm dólares, "nós temos nosso povo e nosso Deus".

Analistas advertem que empresas que se endividaram em dólares terão grandes dificuldades para escapar da inadimplência, aumentando a pressão sobre os bancos expostos, o que preocupa o BCE. O presidente turco convocou também os industriais de seu país a "manterem esta nação de pé". A.P.

## Cristina Kirchner exige de promotores auditoria geral nas obras do seu governo

A ex-presidente e atual senadora da Argentina, Cristina Fernandez de Kirchner (CFK), compareceu na segunda-feira (13) ao tribunal Comodoro Py, em Buenos Aires, após intimada a depor em um processo que investiga a existência de uma rede de propinas de empresários a funcionários que atuaram nos governos dos Kirchner.

"Há dois anos, venho pedindo que se faça uma auditoria de toda a obra pública realizada entre 2003 e 2015. Em todas as instâncias judiciais meu pedido foi negado", ressaltou CFK, observando que, se houvesse a intenção de conhecer o que aconteceu nesse período, não se desperdiçaria o conhecimento detalhado e oficial dos fatos. Além de apresentar um documento de defesa às acusações, a senadora pediu a nulidade do processo e denunciou o juiz e o promotor.

A audiência foi liderada pelo juiz Claudio Bonadio que também foi o responsável por suspender a imunidade parlamentar de Cristina Kirchner no caso do suposto pacto secreto com o Irã, quando ela foi indevidamente acusada de abocertar iranianos envolvidos no atentado contra a Associação Mutual Israelita Argentina (Amia).

A suposta rede de propinas veio à tona após uma reportagem do jornal argentino "La Nación", divulgando que o motorista Oscar Centeno, do Ministério do Planejamento, detalhou o trajeto do dinheiro lavado em oito cadernos escolares. A imprensa batizou o caso como "Cadernos da Corrupção". Os cadernos são manuscritos e deles só restaram fotocópias. "É verdade que as fotocópias dos cadernos são um indicio. Mas resulta estranho que não tenham conseguido achar os originais, sendo que os acusadores

dizem que detêm o material há meses. Seria de grande importância encontrar os cadernos para avaliá-los. O chofér diz que os queimou, mas não há por que acreditar nele", publicou o jornal Página 12 em artigo assinado por Irina Hauser e Raúl Kollmann.

No documento, CFK afirmou que se trata do quarto expediente em que é acusada como chefe de associação ilícita enquanto que "em todas as instâncias judiciais" lhe foi negado o pedido de realizar "uma auditoria de toda a obra pública realizada entre 2003 e 2015". Nesse sentido, a ex-presidente denunciou esquemas de corrupção e lembrou o da família do presidente Mauricio Macri como protagonista desse grupo de empresários, assinalando que "torna-se ridículo" apontar o ex-presidente Néstor Kirchner como organizador do "sistema de cartelização da obra pública a partir de 25 de maio de 2003, em um país cujo presidente é Mauricio Macri".

"O uso de sociedades offshore já é marca registrada da família Macri. A Fleg Trading nas Bahamas e à Kagemusha no Panamá, onde Macri está entre os diretores, somaram-se sete empresas panamenhas vinculadas ao clã: duas figuram em nome do seu pai, Franco, e outras cinco em nome de seu irmão, Gianfranco. O Registro Público do Panamá permite a existência das empresas controladas pelo grupo familiar, enquanto a empresa nas Bahamas foi divulgada por meio dos documentos difundidos nos 'papers' panamenhos", denunciou o HP no artigo "Investigações revelam rede ilegal de Macri nos paraísos fiscais" (<http://www.horadopovo.com.br/2016/09/Set/3478-23-09-2016/P6/pag6h.htm>).

# São americanas as bombas que mataram 40 crianças no Iêmen



Massacre conduzido pelos sauditas tem apoio dos EUA em armas e supervisão

## Dominicanos exigem fim da impunidade da Odebrecht no assalto a cofres públicos

Exigindo o fim da impunidade, milhares de manifestantes marcharam no domingo até a sede do poder Judiciário da República Dominicana para protestar contra a extrema lentidão no julgamento e condenação dos corruptos envolvidos com os milionários subornos distribuídos pela construtora Odebrecht a ministros e parlamentares do país.

Dados revelados pela própria empresa apontam a República Dominicana como o terceiro país onde mais propinas foram pagas para conseguir licitações de obras e favores. Foram US\$ 92 milhões, ficando atrás somente do Brasil e da Venezuela, esta com US\$ 98 milhões.

A investigação "é uma caricatura que não garante justiça", declarou a ex-dirigente do Sindicato dos Professores, María Teresa Cabrera, enquanto caminhava na marcha contra a impunidade. Conforme Cabrera, uma das porta-vozes do movimento, "há muita gente que sequer foi investigada pela Procuradoria".

Os escandalosos subornos atingiram em cheio o governo do presidente Da-



Dominicanos sem paciência com lerdeza do judiciário

nilo Medina, após a detenção de um ministro e de outras dez pessoas, incluindo vários ex-funcionários. Dois senadores da situação e um deputado opositor também foram envolvidos no caso, fazendo com que a Procuradoria pedisse ao Congresso a suspensão da imunidade dos três para que eles possam ser presos.

As delações fazem parte de um acordo pelo qual a construtora se comprometeu a pagar ao Estado uma indenização de US\$ 184 milhões, o dobro da quantia dos subornos.

A Odebrecht foi contratada para realizar pelo menos 17 obras, entre circuitos de autoestradas, pontes, reservatórios para represas hidrelétricas, aquedutos e até uma usina de geração

elétrica, obra ainda inconclusa.

Conforme delatores, o ex-presidente Lula já embarcou para o país em voos custeados pela empreiteira em 2013. Depois da viagem, a Odebrecht recebeu mais US\$ 1,1 bilhão em linhas de crédito do BNDES para operar obras na República Dominicana e recebeu seu maior crédito por uma única obra desde então: US\$ 656 milhões para a construção de uma termelétrica.

Devido às constantes objeções apresentadas pelos acusados, as audiências preliminares iniciadas no dia 6 de julho foram postergadas em inúmeras ocasiões. A próxima está prevista para 23 de agosto.

## Tel Aviv: árabes e judeus se unem em manifestação contra lei do apartheid

Uma multidão de árabes reuniu-se no centro de Tel-Aviv, na praça Rabin, no domingo, para protestar contra a Lei do Estado Nação, a lei que dá foros de constituição ao regime de apartheid israelense.

A manifestação é a terceira grande concentração verificada em Tel Aviv desde a aprovação da "lei" que estabelece Israel como "Estado Judeu" e confere somente aos judeus o direito a aspirar a autodeterminação nacional em Israel. Também rebaixa o status da língua árabe, até a aprovação da lei considerada língua oficial do

país. A nova legislação tem sido alvo de repúdio tanto dentro de Israel, como em todo o mundo.

Foi convocada pelo Alto Comitê de Acompanhamento dos Cidadãos Árabes, que representa os palestinos que não deixaram o país durante a implantação do Estado de Israel quando os palestinos foram assolados por um terrorismo paramilitar que sacudiu a região em 1948.

Entre as palavras de ordem entoadas ouviu-se em Tel Aviv "Sim para a igualdade, Não para a Lei Estado Nação".

O líder do Comitê que convocou a manifestação, ex-deputado Mohammad Barakeh, enfatizou que "esta lei que estabelece um regime de apartheid em Israel será abolida".

Barakeh saudou a marcha, afirmando: "Árabes e judeus estão participando desta marcha aos milhares para repelir esta abominação em forma de lei e para remover esta mancha bancada pelo governo Netanyahu".

"Esta manifestação é uma poderosa mensagem de que esta lei será revogada", segundou o deputado Massoud Ghanaim.

## A nova entrega de Yaciretá e a luta pela soberania do Paraguai(II)

(Continuação da edição anterior)

CECÍLIA VUYK \*

De 1994 a 2014 a hidrelétrica gerou um total de 277.147.769 MWh, dos quais 94,2% foram utilizados pela Argentina: o total de 50% correspondente à mesma, e 44,2% dos 50% correspondentes ao Paraguai, que foi entregue a título de cessão de energia. Com a Ata, a energia não utilizada pelo Paraguai deve seguir sendo obrigatoriamente cedida à Argentina por um montante irrisório, que passou de 8,7 US\$/MWh para 10,457 US\$/MWh, enquanto os preços de mercado na região estão entre 120 e 150 US\$/MWh.

Ao mesmo tempo em que é uma nova entrega da burguesia paraguaia à Argentina e, através desta, aos capitais internacionais

credores da dívida de Yaciretá e beneficiários da energia paraguaia cedida, a aprovação das Notas Reversas representa um nefasto antecedente para a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipú, prevista para 2023, estabelecendo como linha do atual governo continuado com a dependência e o atraso baseados na entrega de nossos recursos naturais aos países vizinhos e endividando-nos para subsidiar o lucro do capital financeiro. Não poderia ser de outra forma, vindo de um governo produto da ditadura cívico-militar tronista e do golpe de Estado de 2012, aliado ao capital estrangeiro e que busca manter intocados seus privilégios.

Este fato, assim como a projeção de Itaipú, colocam elementos-chaves da luta pela soberania na agenda: o preço justo e a livre dispo-

nibilidade de nossa energia produzida em Yaciretá e Itaipú, o fim do pagamento das dívidas ilegais, a auditoria das mesmas, e a anulação de ambos Tratados antinacionais, que causaram graves prejuízos ao povo paraguaio e que são possíveis de ser anulados conforme a Convenção de Viena.

A garantia da recuperação de nossa soberania se encontra na unidade e mobilização de todo o povo paraguaio. A mobilização desta segunda-feira, assim como os posicionamentos emitidos pelas diversas associações e organizações, apontam este caminho. Com força, seguimos em frente, pela soberania e o desenvolvimento nacional independente.

\* Cecilia Vuyk é professora, política e investigadora social

Fragmentos da bomba MK-82 de fabricação da Lockheed Martin foram encontrados no local da destruição do ônibus escolar que transportava as crianças iemenitas chacinadas pelos caças sauditas

Caças da Arábia Saudita interromperam o silêncio de um dia solar no vilarejo de Dhahian, no Iêmen, pelo barulho de seus motores seguido de uma ensurdecedora explosão.

Quando a fumaça negra começou a se dissipar, mais de 20 mães descobriram que o ônibus escolar que transportava seus filhos havia se transformado em cenário de uma tragédia: cadáveres de crianças jaziam espalhados sob os escombros do ônibus destruído.

Angustiadíssimos gritos de luto logo encheram o ar da aldeia iemenita atingida na manhã do dia 9.

Segundo o Ministério da Saúde dos Houthis, 51 pessoas foram mortas nos ataques, incluindo 40 crianças. A imprensa iemenita publicou fotos de fragmentos de bombas que atingiram o ônibus escolar. De acordo com as fotos divulgadas, o código da bomba condiz com as bombas MK-82, guiadas a laser, de fabricação norte-americana, mais precisamente da Lockheed Martin. Em 2016, 140 foram assassinados e outras 500 ficaram feridas num bombardeio a um funeral pelo mesmo modelo de bombas utilizado pela Arábia Saudita contra o povo iemenita, que resistiu à agressão demonstrando a decisão de manter a independência do país conquistada com a deposição do governo fantoche submetido a interesses e determinações estrangeiros.

Uma multidão de crianças, acompanhadas de seus professores tomou as ruas de Sanaa, capital do Iêmen, para protestar contra o massacre. "Nós, as crianças do Iêmen, demonstramos com dor e compaixão, em solidariedade com

nossos irmãos e irmãs, mães e pais na de Saada [onde fica Dhahian], que sofreram o pior da. Dizemos aos americanos que os sauditas nos matam com suas armas", declarou a jovem manifestante, Kareem Ahmde durante o ato.

Este tem sido o dia a dia do mais hediondo crime de guerra que se comete neste início de Século XXI.

Bombas americanas atingiram bairro civil na cidade portuária de Hodeidah, há poucos dias, assassinando 80 civis. A Arábia Saudita está tentando ocupar o porto de Hodeidah dos iemenitas fechando o único canal do país com o exterior. É por este porto que entram os viveres de uma população já com imensas dificuldades de sobrevivência por conta da carência alimentar provocada pela guerra saudita contra o povo do Iêmen.

Apesar dos contratos milionários cedendo armas aos sauditas, do pessoal enviado pelos EUA que orienta o uso destas armas contra o Iêmen, que rastreia, em uma sala especial na Arábia Saudita, via satélite, os alvos sugeridos e das fotos dos fragmentos dos mísseis, o porta-voz do Pentágono teve a cara de pau de dizer que não há como saber que as bombas são norte-americanas.

"Nunca vamos saber se a munição usada foi a que os Estados Unidos forneceu a eles [os sauditas]. Não temos muita gente alocada lá", declarou o porta-voz do Comando Central dos EUA, major Josh Jaques. Segundo o Ministério da Saúde do Iêmen, desde o início dos ataques, em 2015, o número de mortos e feridos chega a 600 mil.



Fragmento do míssil MK-82 encontrado junto às ferragens do ônibus escolar atingido

## Depósito de armamentos de terroristas explode ao norte da Síria deixando 69 mortos

Um depósito de armas de um bando de terroristas explodiu no domingo, na província de Idleb, ao norte da Síria. Segundo informe do Observatório Sírio dos Direitos Humanos - OSDH (organismo que atua de Londres) 69 pessoas morreram na explosão, 17 delas crianças.

De acordo com o jornal inglês, The Independent, o depósito que explodiu ficava em um prédio de cinco andares, em uma região residencial da cidade de Sarmada. Segundo o Observatório Sírio para os Direitos Humanos, do total de 69 mortos, 17 eram terroristas. Dos 52 civis, 17 eram crianças e 14 eram mulheres.

Idleb é a última das províncias - localizada na fronteira com a Turquia - ainda na mão de bandos terroristas, afora áreas isoladas ao sudeste do país onde há bases norte-americanas que se aliam a alguns dos bandos que tentaram derrubar o governo sírio através de ações de terror.

O governo sírio apresentou armas de fabricação norte-americana e israelense em depósitos de armas encontrados em regiões recentemente liberadas nas regiões fronteiriças do Iraque e da Jordânia e ainda na região do Golá que faz fronteira com territórios sírios ocupados por Israel desde 1967.

Segundo as informações sobre a explosão em Idleb, o depósito pertencia à organização Hayat Tahrir al-Shams - HTS (Comitê de Libertação do Levante) que resultou da fusão de vários bandos bancados pelos Estados Unidos e Arábia Saudita e derrotados na grande

maioria das regiões onde se espalharam pelo país. Principal componente do HTS é a Frente Al Nusra, que se estabilizou por faltar e divulgar elementos do bando a devorarem o fígado de suas vítimas e deceparem cabeças de quem quer que não se submetessem a suas leis sectárias nas regiões que ocupavam.

Quem correu em socorro dos atingidos pelo desastre foi o grupo dos Capacetes Brancos - promovido e financiado pelos EUA e Inglaterra. Supostos socorristas que atuam nas regiões ocupadas pelos bandos e que ajudam na difamação do governo sírio para "justificar" a intervenção norte-americana e de governos europeus avassalados.

Nos últimos dias o governo sírio tem distribuído panfletos a partir de helicópteros que sobrevoam a região ocupada. Nos folhetos, há um chamado aos mais de dois milhões de civis sírios que vivem na província para que se desloquem aos Centros de Reconciliação e se reintegrem ao país nas regiões livres da invasão terrorista, uma vez que as ações de retomada da província já começam a ser tomadas pelo Exército da Síria.

Os terroristas, tentando sustentar sua área de influência contra os civis que tentam sair da região ocupada. Mais de 350 mil pessoas foram mortas desde o início da guerra na Síria, além de milhões que se deslocaram tentando manter distância dos confrontos entre o governo e os terroristas.

# Chile: com Previdência privada, idosos lideram taxa de suicídios



Taxa de suicídio dos acima de 80 anos é maior que a média nacional no Chile

## Kim Jong Un e Moon Jae-in marcam nova reunião para setembro em Pyongyang

As duas partes em que a Coreia ainda está dividida anunciaram na segunda-feira (13) que os líderes do norte, Kim Jong Un, e do sul, Moon Jae-in, irão se reunir novamente em setembro, desta vez em Pyongyang, para avançar rumo à reconciliação, paz definitiva, desnuclearização e reunificação. Será o terceiro encontro deles em um ano, e os dois anteriores impulsionaram a reconciliação e abriram caminho para a cúpula Kim-Trump. A data exata ainda não foi revelada.

Nas últimas semanas vieram a público manobras nos EUA para sabotar as deliberações da cúpula Kim-Trump, por meio da intensificação das sanções e de ultimatos sobre desnuclearização em “6-8 meses”. A última viagem do secretário de Estado Mike Pompeo não eliminou o impasse, e inclusive Pyongyang denunciou seu “comportamento mafioso” e contrário ao desenvolvimento da confiança mútua. Ao se manifestar sobre essas questões, o norte tem buscado preservar Trump.

O anúncio da nova cúpula intercoreana foi feito em reunião de alto nível em Panmunjon, com delegações encabeçadas respectivamente pelo presidente do comitê do norte pela reunião, Ri Son Gwon, e pelo seu homólogo do sul, o ministro Cho Myoung-gyon. “Se as questões que foram levantadas nas negociações não forem resolvidas, problemas inesperados podem surgir e os problemas que já estão no cronograma podem enfrentar dificuldades”, alertou Ri. Outras

reuniões intercoreanas têm pautado discussões sobre os rumos da reconciliação, inclusive em nível de altos mandos militares. A Coreia Popular tem salientado que o próximo passo imprescindível a uma solução duradoura na península coreana é a assinatura da paz, enfim e oficialmente, para pôr fim à guerra cujo armistício dura até hoje. Na semana passada, o embaixador dos EUA no sul (e ex-almirante-chefe do Pacífico) Harry Harris, disse que é “demasiado prematuro” abordar essa questão “apesar da melhora das relações entre as duas Coreias, assim como entre a Coreia do Norte e os EUA”. Isso, para um armistício – e portanto, estado de guerra – existente há 65 anos.

Na semana passada, o site norte-americano VOX afirmou que Pompeo foi a Pyongyang com a exigência de que o norte entregasse aos EUA ou a um terceiro país 70% do seu arsenal nuclear em 6-8 meses, em paralelo com a intensificação de sanções, o que teria desencadeado as reações de repúdio manifestadas por Pyongyang.

No dia 6, durante o fórum regional da ASEAN (bloco de países do sudeste asiático) em Cingapura, o chanceler da Coreia Popular, Ri Yong Ho, se referiu ao impasse, declarando que “acreditamos que o método que envolve a implementação equilibrada, simultânea e passo a passo de todos os termos da Declaração conjunta [Kim-Trump], precedida pelo estabelecimento da

confiança, é o único meio realista de alcançar o sucesso”.

Ri reafirmou a “resolução e compromisso inabalável da República Popular Democrática da Coreia com a implementação responsável e de boa fé da Declaração Conjunta” de Cingapura e também a “inaceitabilidade de uma situação na qual nós sozinhos sejamos os primeiros a agir unilateralmente”. Em síntese, nada de desarmamento unilateral, mas compromissos passo a passo, até uma solução definitiva.

O chanceler norte-coreano acrescentou que, longe de responder em espécie “às medidas de boa-fé que tomamos a iniciativa de adotar, incluindo interrupção dos testes nucleares e do lançamento de foguetes e o desmantelamento de nosso local de testes nucleares”, os EUA só aumentaram sua insistência em manter sanções e tem retrocedido “mesmo na questão de uma declaração encerrando a guerra, que é a mais rudimentar de medidas rudimentares para garantir a paz na península coreana”.

Para Ri, o mais preocupante “é expressão continuada de tentativas nos EUA de retornar aos velhos costumes, apesar das intenções da liderança” [isto é, Trump]. Ele conclamou a que a Declaração conjunta Kim-Trump não seja transformada “em peão da política interna dos EUA”. Trump recentemente agradeceu a Kim à entrega das caixas com os restos mortais de 55 soldados norte-americanos caídos na guerra.

## Universidade de Tóquio admite que manipulou notas para reduzir ingresso de mulheres em Medicina

A Universidade de Medicina de Tóquio, uma das mais prestigiadas instituições de ensino do Japão, manipulou as notas e pontuações das candidatas ao curso de medicina para reduzir o número de ingressos de mulheres nos cursos que oferece.

Tetsuo Yukioka, diretor da universidade e Keysuke Miyazawa, vice-presidente da instituição teve que pedir desculpas publicamente depois que o escândalo se espalhou pelo país através do diário japonês de maior circulação no país o Yomiuri Shimbun. “Traímos a confiança do público. Queremos sinceramente nos desculpar por isto”, disse Yukioka.

Além da flagrante discriminação contra as mulheres é também caso de corrupção e venda de diplomas através do favorecimento a quem doa dinheiro à universidade.

Uma investigação interna na universidade apontou que o caso de distorção das notas das mulheres vinha acontecendo desde 2006 e que também se havia rebaixado a classificação dos candidatos homens que se apresentaram ao exame em pelo menos quatro oportunidades. E se descobriu ainda que a universidade somou pontos e aumentou as notas de estudantes que haviam feito doações financeiras.

Uma reportagem que não identificou a fonte assegurou que os funcionários universidade fizeram um “acordo silencioso” sobre a limitação do número de mulheres nos cursos de medicina. As fontes do jornal denunciaram que a direção da universidade considerava que reduzir o número de mulheres médicas era importante pois tinham a “preocupação de que as graduadas não fossem exercer a profissão em seus empregos. Muitas estudantes se graduam e terminam por não praticar a medicina para dar a luz e criar os filhos”, declarou um funcionário ao Yomiuri Shimbun.

Até 2010 a participação feminina no curso de medicina da Universidade de Tóquio era de 40%, segundo afirma o Yomiuri Shimbun, e que depois dos “novos métodos” no processo de seleção, este ano foram aceitas como aprovadas 30 mulheres e 141 homens.

A direção da universidade afirmou em uma conferência de imprensa nesta semana que o processo de seleção deste ano para os estudantes que cursarão medicina no ano que vem será realizado de forma justa.

ROSANITA CAMPOS

## Monsanto é condenada a pagar R\$ 1 bilhão a usuário que adoeceu de câncer por usar seu agrotóxico

Na primeira condenação do que podem ser mais de 4 mil processos por câncer causado por agrotóxicos RoundUp e RangerPro, um júri determinou nos EUA que a Monsanto pague R\$ 1,1 bilhão (US\$ 289 milhões) ao jardineiro Dewayne Johnson, diagnosticado com um câncer não-Hopkins, que causou lesões em 80% do seu corpo, e em estado terminal. Desde 2015, um braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) da ONU, a Agência Internacional de Pesquisa do Câncer, classificou o glifosato, principal componente dos dois agrotóxicos, como “provavelmente cancerígeno para humanos”.

Johnson usava frequentemente o RangerPro em seu trabalho como jardineiro de uma escola na Califórnia e foi diagnosticado com um linfoma em 2014. O julgamento durou oito semanas e se encerrou na sexta-feira (10), com os jurados concluindo que a Monsanto foi “mal intencionada” e, conforme e-mails internos da corporação dos agrotóxicos, sabia ou deveria saber dos riscos mas nada fez para alertá-lo e as herbicidas contribuíram “substancialmente” para a doença dele.

A conclusão foi possível porque o juiz do caso permitiu que a defesa exibisse os documentos secretos da Monsanto que provaram, como assinalou o advogado de Johnson, Brent Wisner, que a corporação “sabia há décadas que o RoundUp poderia causar câncer”. Decisão judicial que é um grande golpe contra o malsinado “modelo de negócio” transgênicos/agrotóxicos, podendo potencialmente, como analisou um especialista australiano, se tornar um novo “caso amianto” (em que a alegação era a mesma, de que era “seguro” se usado

“adequadamente”.

Os e-mails internos da Monsanto mostraram como a corporação ignorou qualquer advertência sobre os riscos dos seus agrotóxicos, pagou por pesquisas fantasmas e agiu para desacreditar os cientistas que faziam tais alertas. “As evidências contra os agrotóxicos são “esmagadoras”, afirmou Wisner, que considera a sentença “apenas a ponta de lança” do escândalo do uso do glifosato. O veredito enviou uma mensagem a Monsanto “de que seus anos de fraude sobre o RoundUp acabaram e que eles deveriam colocar a segurança do consumidor em primeiro lugar acima dos lucros”, acrescentou.

Pai de três filhos, Johnson, de 46 anos, pulverizava herbicidas para conter as ervas daninhas nas dependências da escola, às vezes por várias horas por dia, sendo que em duas vezes, por vazamentos, ele teve contato direto com o produto. A mulher foi obrigada a trabalhar em dois empregos, para ajudar a custear o tratamento.

Como era de esperar, a Bayer/Monsanto não vai desistir de seu negócio de bilhões de dólares só por causa do câncer, do envenenamento do meio ambiente ou da destruição da biodiversidade e da segurança alimentar. A direção da corporação asseverou que o veneno é “seguro” e autorizado em 130 países. A Monsanto, que vai apelar da sentença, também relembrou que a agência de preservação ambiental (Epa) dos EUA mantém o sinal verde para o glifosato - o que para muita gente é só um sintoma gritante da convivência que impera ali. A Monsanto foi recentemente comprada pela Bayer alemã por US\$ 66 bilhões, criando a maior empresa do mundo nos agrotóxicos/transgênicos.

## ‘Marcha’ de racistas junta 20 gatos pingados e antifascistas reúnem milhares em Washington

Foi um tremendo fiasco o “ato” convocado pelos supremacistas brancos, no domingo (12), que mal juntou 20 débeis mentais racistas, que só escaparam de sentir um calor de parte dos milhares de antifascistas e anti-racistas presentes porque havia cinco policiais escoltando cada um dos lesados. Os manifestantes progressistas homenagearam Heather Heyer, assassinada há um ano atrás em Charlottesville, Virgínia, quando se manifestava contra a baderna ali promovida pela extrema-direita.

Precisou de fila dupla de carros de polícia, reforçada por policiais de motocicleta, para a “Unite the Right 2” conseguir chegar até o local previsto. Aliás, a polícia foi até a estação de metrô para recepcionar os pimpolhos da era Trump. Só faltaram colocá-los no colo e dar ‘dedeira”.

Como em Charlottesville havia faltado o mesmo entusiasmo em defender os



Perto da Casa Branca: “Não a KKK e aos Nazis nos EUA!”

manifestantes anti-racistas, aconteceu uma certa bronca com os agentes da polícia, e vários ovos e garrafas de água, destinadas aos filhotes da Ameri-KKK, acabaram sobrando para eles e até para alguns jornalistas mais afoitos. “Cops and Klan andam de mãos dadas”, bradaram os ativistas.

Conforme o Washington Post, os organizadores do ato extremista haviam previsto “400 participantes” ao

pedirem ao Departamento de Parques autorização para seu ato. Jason Kessler, que organizou o comício Unite the Right no ano passado em Charlottesville, atribuiu o baixo comparecimento a questões logísticas e confusão em relação ao transporte. Há um ano atrás, os neonazistas haviam marchado pela cidade e invadido o campus com tochas, gritando sandices e agredindo transeuntes e opositores.

Privatização da Previdência Social cobra elevado preço. Em cinco anos, 936 idosos tiraram a própria vida. A pensão média de 90% dos aposentados chilenos é de 60% do salário mínimo

Apontada como modelo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a privatização da Previdência Social chilena, promovida pelo general Augusto Pinochet na década de 1980, continua vigente e cobrando um preço cada vez mais elevado. O colapso do sistema tem ganhado maior visibilidade nos últimos dias à medida que o arrocho no valor das pensões e aposentadorias se reflete no aumento do número de suicídios.

De acordo com o Estudo Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida no período. O levantamento aponta que os maiores de 80 anos apresentam as maiores taxas de suicídio - 17,7 por cada 100 mil habitantes - seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com uma taxa de 15,4, contra uma taxa média nacional de 10,2. Conforme o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento, são índices morbidos, que crescem ano e ano, e refletem a “mais alta taxa de homicídios da América Latina”.

Uma das autoras da pesquisa ministerial, Ana Paula Vieira, acadêmica de Gerontologia da Universidade Católica e presidenta da Fundação Miranos, avalia que muitos dos casos visam simplesmente acabar com o sofrimento causado, “por não encontrar os recursos para lidar com o que está passando em sua vida”.

O fato é que à medida que a idade avança e os recursos para o acompanhamento e o tratamento médico vão sendo reduzidos pela própria irracionalidade do projeto neoliberal de capitalização da Seguridade, os idosos passam a se sentir cada vez mais como um fardo para os seus familiares e entes queridos.

### JORGE E ELSA

Entre tantos casos, ganhou notoriedade recentemente o do casal Jorge Olivares Castro (84) e Elsa Ayala Castro (89) que, após 55 anos, decidiu “partir juntos” para “não seguir molestando mais”. A evolução do câncer de Elsa, conjugada a uma primeira etapa de demência senil, faria com que tivesse de ser internada numa casa de repouso. O marido calculou que poderiam pagar, mas somente se somassem ambas as aposentadorias e vendessem a casa. Sem qualquer perspectiva, Jorge e Elsa decidiram abreviar suas vidas com dois disparos.

Infelizmente, diz a psicogeriatra Daniela González, “enfermidades que geram uma impossibilidade de serem enfrentadas economicamente acabam colocando o tema do suicídio como uma saída honrosa”.

Como ficou comprovado, o desmantelamento do Estado serviu tão somente para beneficiar as corporações privadas que assaltaram o sistema público de pensões e aposentadorias chileno sob o pretexto que era deficitá-

rio, (até nisso os ladrões e a grande mídia tupiniquins demonstram a mais completa falta de criatividade), por outro de capitalização administrado pelo “mercado”. A “justificativa” era de que assim seria resolvido o problema fiscal e se abririam as portas ao crescimento econômico. Assim, foram montadas as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), instituições financeiras privadas encarregadas de administrar os fundos e poupanças de pensões. O rendimento destes fundos, com base nas flutuações do “mercado”, determina a quantidade de dinheiro que cada pessoa acumulará quando chegar o momento da aposentadoria.

Desta forma, com a capitalização para fins de aposentadoria integralmente bancada pelo trabalhador, milhões de pessoas foram obrigadas a entregar 10% de seus salários a arapucas especulativas, sem haver nenhuma contribuição dos empregadores, nem do Estado. “Houve crises financeiras nas que perdemos todas as economias depositadas ao longo da vida, porque ficamos sujeitos aos vaivéns do mercado”, explicou Carolina Espinoza, dirigente da Confederação de Funcionários de Saúde Municipal (Confusam) e porta-voz da Coordenação “No Más AFP”.

### MULTINACIONAIS

Atualmente, das seis AFPs que atuam no Chile, cinco são controladas por empresas financeiras multinacionais: Principal Financial Group (EUA); Prudential Financial (EUA); MetLife (EUA); BTG Pactual (Brasil) e Grupo Sura (Colômbia), que administram fundos de 10 milhões de filiados. No total, são mais de US\$ 170 bilhões aplicados no mercado de capitais especulativos, nas bolsas de Londres e Frankfurt, para serem repassados sob a forma de empréstimos usurários aos próprios trabalhadores.

O resultado prático deste mecanismo, assinala a Fundação Sol, entidade que estuda as condições de trabalho no país, é que a pensão média recebida por 90% dos aposentados chilenos é de pouco mais de 60% do salário mínimo, cada vez mais insuficiente para os gastos de um idoso.

“Como sociedade não podemos permitir que pessoas que construiram com tanto esforço este país estejam passando seus últimos anos na tristeza”, declarou o doutor José Aravena, diretor da Sociedade de Geriatria e Gerontologia do Chile, para quem os suicídios deveriam fazer “soar o alerta para a reflexão sobre como se está envelhecendo no país”.

“Para ninguém é justo viver os últimos anos de sua vida sentindo-se triste ou com vontade de não seguir vivendo”, acrescentou, apontando a “dependência e a depressão” entre os principais fatores do suicídio em idosos.

LEONARDO SEVERO

## Japão: multidão exige retirada da base militar dos EUA em Okinawa

Na província japonesa de Okinawa, cerca de 70 mil manifestantes tomaram as ruas pela retirada da base militar estadunidense de Futenma no último sábado (11). A manifestação também foi em homenagem ao ex-governador da província, que faleceu no dia 8.

O governo central japonês pretende deslocar a base militar norte-americana da cidade de Ginowan para a área costeira de Henoko. Para os manifestantes, a mudança de um local densamente habitado para um local remoto não resolve os problemas. O povo demonstrou que quer o fim das instalações militares na ilha, que atualmente assentam mais de metade dos 50 mil soldados estadunidenses no Japão.

Na quarta-feira, dia 8, faleceu, vítima de câncer, o então governador de Okinawa, Takeshi Onaga, que se destacava por lutar contra as bases militares estrangeiras em território japonês. Os manifestantes realizaram minutos de silêncio em sua homenagem.

O vice que assumiu, Kiichiro Jahana, disse que dará continuidade às bandeiras assumidas por Onaga. De imediato cabe a revogação da licença de uso do novo terreno, que tinha sido emitida antes de Onaga ser eleito.

Os manifestantes afirmam, também, que a relocação para Henoko traria um desastre ambiental, por se tratar de uma região frágil e berço de dezenas de espécies em extinção.

# Rio de Janeiro: o assalto da quadrilha de Cabral à Saúde

Esse escândalo, com as provas reunidas pela PF e pela Procuradoria, tornam publicamente mais criminosas as decisões de Gilmar Mendes, usando o Supremo Tribunal Federal (STF) para soltar celerados que roubaram o povo do Rio, pilhando o atendimento aos doentes e deficientes, vale dizer, a vida dos cidadãos, em seu aspecto mais necessitado e mais frágil

CARLOS LOPES

**SÉRGIO CÔRTEZ:** *Meu chapa, você pode tentar negociar uma coisa ligada a campanhas. Pode salvar seu negócio. Podemos passar pouco tempo na cadeia. Mas nossas putarias têm que continuar.*

**MIGUEL ISKIN:** *O melhor a fazer seria negar tudo. Provar algo vai exigir um foco, é um tempo que esses caras não têm.*

As duas denúncias da Procuradoria da República no Rio de Janeiro sobre o assalto na área de Saúde, pela quadrilha de Sérgio Cabral, são um resumo extremamente importante das provas até aqui levantadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Resumo é bem o termo – embora, um documento com 261 páginas e outro com 82 páginas, não é o que normalmente chamamos de “resumo”.

Por isso, vamos tentar resumir o resumo.

Esse escândalo, com as provas reunidas pela PF e pela Procuradoria, tornam publicamente mais criminosas as decisões de Gilmar Mendes, usando o Supremo Tribunal Federal (STF) para soltar celerados que roubaram o povo do Rio, pilhando o atendimento aos doentes e deficientes, vale dizer, a vida dos cidadãos, em seu aspecto mais necessitado e mais frágil.

Começemos pelo mais geral:

“No bojo da Operação Eficiência, foi possível revelar que a organização criminosa chefiada por **Sérgio Cabral** ocultou no exterior, pelo menos, o valor equivalente a R\$ 318.554.478,91 (**trezentos e dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e um centavos**), por meio de um engenhoso processo de envio de recursos oriundos de propina via operações ‘dólar-cabo’ [NOTA: O referido valor foi recuperado por meio de acordo de colaboração premiada com os irmãos (doleiros) Renato e Marcelo Chebar.]”

Este foi o valor recuperado daquilo que estava no exterior, o que não é pouca coisa. No mesmo esquema de “dólar-cabo” estava o PT, no roubo dos fundos de pensão (v. Operação Rizoma prende elo entre a quadrilha do PT e a de Cabral).

Entretanto, não existe certeza de qual foi o total do roubo da quadrilha de Cabral.

Sérgio Cabral já foi condenado em seis processos – um total de 100 anos de cadeia – e ainda faltam, até agora, 20 processos que ainda não foram julgados.

## DA SUÍÇA ÀS BAHAMAS

Então, vejamos o roubo especificamente na área da Saúde do Rio de Janeiro, atendendo-nos ao que foi apurado com absoluta certeza.

Em maio e agosto de 2011, o secretário de Saúde de Cabral, Sérgio Côrtes – um dos integrantes da “turma do guardanapo” – e sua mulher, Verônica Vianna, receberam o total de **US\$ 2.451.742.12** (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e dois dólares e doze centavos) em uma conta no banco **Crédit Agricole**, na Suíça.

A conta no banco suíço estava em nome de uma empresa de fachada de nome **Casius Global**, “de propriedade formal de Verônica Vianna, mas cujo sócio oculto era Sérgio Côrtes”.

O valor foi depositado por **Gustavo Estellita e Miguel Iskin**, a partir de outra conta,

esta no JP Morgan, nos EUA, em nome de outra empresa de fachada, a **Luchino**.

Era propina transferida pelo cartel, operado por Iskin e Estellita, que achacava o orçamento da Saúde do Rio de Janeiro.

Além disso, em dezembro de 2015 e outubro de 2016, Sérgio Côrtes e sua mulher transferiram um total de **US\$ 400.949,12** (quatrocentos mil, novecentos e quarenta e nove dólares e doze centavos), do **Crédit Agricole**, na Suíça, para outra conta, esta no banco **CBH Bahamas Ltd**.

Esta última conta, nas Bahamas, era em nome de mais uma empresa de fachada, a **Caltex Holding Corp**.

As datas das transferências mostram o seu motivo: esconder dinheiro da Operação Lava Jato – isto é, da PF e do MPF, que já estavam nos calcanhares de Cabral e Côrtes.

Diz a Procuradoria da República:

“No período de 01/12/2015 a 28/07/17, os denunciados **Sérgio Côrtes e Verônica Vianna**, mantiveram no exterior valores não declarados, no banco **CBH Bahamas Ltd.**, nas Bahamas, em nome da offshore **Caltex Holding Corp.** (...) **mais especificamente, a quantia de US\$ 4.366.533,89 (quatro milhões, trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e três dólares e oitenta e nove centavos)** em 27/07/17” (grifo nosso).

## DE ONDE VEIO

A origem desse dinheiro é relatada, sinteticamente, pelos procuradores:

“... os ilícitos tiveram início em 2002, quando **Sérgio Côrtes** assumiu a Direção-Geral do INTO [Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia] e nomeou César Romero como chefe da Assessoria Jurídica do instituto, cargo que ocupou de abril de 2002 até 2006.”

O INTO é um órgão federal – portanto, estava sob a autoridade, em 2002, do PSDB, e, depois, do PT.

Mas, continuemos com o relato do Ministério Público:

“Sob orientação de **Sérgio Côrtes**, César Romero estabelecia critérios técnicos que configuravam cláusulas restritivas de competitividade nas licitações para compras do Instituto, com a finalidade de privilegiar as empresas dos empresários **Miguel Iskin e Gustavo Estellita**, sobretudo, **importadoras dos materiais e insumos**.”

“Em um segundo momento, quando outras empresas nacionais passaram a também preencher os critérios técnicos das licitações e ameaçaram a hegemonia das empresas de Miguel Iskin, César Romero e o denunciado Sérgio Côrtes passaram a lançar mão de editais de ‘pregão internacional’ para a compra de equipamentos.”

“A publicidade do certame era limitada e as empresas estrangeiras que participavam da licitação eram trazidas ao Brasil pelo próprio Miguel Iskin e organizavam-se entre si para frustrar o caráter competitivo do certame.”

“A partir de 2007, quando Sérgio Cabral assume o Governo do Estado do Rio de Janeiro e nomeia Sérgio Côrtes como Secretário de Saúde e César Romero como Subsecretário Executivo, o esquema de corrupção, cartel e fraude a licitações transfere-se, em moldes similares, para a Secretaria de Saúde, com o auxílio inestimável do líder do cartel das empresas: Miguel Iskin e seu operador financeiro Gustavo Estellita.”

“... César Romero esclareceu que, além das especificações



**A farra em Paris. Sérgio Côrtes é o segundo, da esquerda para a direita. Ao seu lado, o futuro ministro da Fazenda de Dilma, Joaquim Levy**

técnicas restritivas, as pesquisas de preços na fase interna da licitação eram baseadas em orçamentos fornecidos por ordem de Miguel Iskin, tendo como parâmetro os valores dos equipamentos superfaturados.

“Em seguida, na fase externa do procedimento licitatório, as propostas eram apresentadas pelas empresas cartelizadas e coordenadas por Miguel Iskin.”

“Homologado o resultado final, o pagamento era feito no exterior, mediante abertura de carta de crédito, tendo como beneficiárias ou o próprio fabricante das próteses ou empresas vinculadas a Miguel Iskin – sendo a principal a empresa **Avalena**, que recebia os valores de propina no exterior.”

“Para o alcance dos seus propósitos ilícitos, Miguel Iskin contava com a atuação de seu sócio e principal comparsa, Gustavo Estellita, a quem incumbia gerenciar a cobrança e arrecadação de percentuais de contratos das empresas cartelizadas, bem como controlar a distribuição de vantagens indevidas aos funcionários públicos.”

“... o esquema de corrupção idealizado por Sérgio Côrtes e Miguel Iskin, relativo às importações de equipamentos médicos tanto da Secretaria Estadual de Saúde quanto do INTO, gerava o pagamento de propina para a organização criminosa de Sérgio Cabral, apenas com uma inversão em relação ao percentual pago a cada um dos agentes públicos.”

“Como informado pelo principal operador financeiro de Sérgio Cabral, o colaborador Carlos Miranda, em declarações prestadas em juízo, nas importações da Secretaria de Saúde, o **ex-governador Sérgio Cabral era beneficiado com o pagamento de 70% da propina e Sérgio Côrtes, 30%; já nas importações promovidas pelo INTO, o ex-Diretor e Secretário Estadual de Saúde Sérgio Côrtes recebia 70% da propina e Sérgio Cabral, 30%**.”

## DOCUMENTOS

“Além das colaborações premiadas do ex-Subsecretário de Saúde César Romero e das confissões de Carlos Miranda e Luiz Carlos Bezerra [outro operador da quadrilha], que admitiram, em sede judicial, os pagamentos de propina envolvendo a organização criminosa, **provas documentais** apreendidas quando da deflagração da Operação Calicute (1ª fase da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro), **comprovam o pagamento de propina no Brasil por meio de dinheiro em espécie**.”

“Com efeito, dentre as provas reunidas na citada operação estavam anotações apreendidas na residência de Luiz Carlos Bezerra que demonstravam que pessoa de alcunha **‘Xerife’** realizava vultosos aportes mensais no valor de R\$ 400.000,00 a R\$ 500.000,00 a Cabral,

“O vínculo entre a pessoa de nome **‘Xerife’** e os empresários Miguel Iskin/Gustavo Estellita foi possível após o encontro de mensagens na caixa postal de

Luiz Carlos Bezerra, informando datas e codinomes.

“Em um dos e-mails, há um compromisso de Bezerra, em 2014, em sua agenda eletrônica em que consta: **‘De Louco / xerife as 14 na Macedo’**.”

“A expressão **‘na Macedo’** é referência à sede da empresa de Miguel Iskin, **OSCAR ISKIN LTDA**, localizada na Rua Macedo Sobrinho, nº 65, Humaitá, Rio de Janeiro.

“Mas não é só. Miguel Iskin também é sócio da empresa **Sheriff Serviços e Participações**, em conjunto com seu operador financeiro Gustavo Estellita, o que ajuda a compreender a origem do seu apelido.

“Em outra mensagem de e-mail também de 2014 localizada na caixa de Bezerra há novamente menção ao codinome **‘Xerife’** e uma data e hora, a indicar possível encontro para recolhimento de propina.

## RESSONÂNCIA

Tudo o que está acima foi constatado pela Operação Fatura Exposta.

A questão é que as investigações posteriores mostraram um esquema muito maior ainda – daí a Operação Ressonância, que redundou na segunda denúncia da Procuradoria da República.

O que aconteceu, depois da Operação Fatura Exposta?

1) A empresa **Per Prima Comércio e Representações Ltda**, integrante do cartel, ao firmar um “acordo de leniência”, revelou que o cartel era controlado pela **Oscar Iskin** (a empresa de Miguel Iskin) “e contava com diversas empresas secundárias, laranjas e fornecedoras”, documentando a sua confissão.

2) César Romero revelou o nome das empresas que faziam parte do “clube do pregão internacional”:

**Siemens; Philips Medical Systems Nederland B.V.; Rizzi; M.D. Internacional; Aka Trade; Indumed; Per Prima; Comercial Médica; Dbs3 Comercial Científica; Drager; Helo Med; Maquet; Dixtal; New Service; Ultra Imagem; M&M Lopes; Stryker; Macro-med; Multimedic; Aga Med.**

3) O TCU e a CGU fizeram auditorias no INTO, revelando novos poços de podridão.

Como consequência: 4) “O resultado do trabalho dos órgãos de controle, em conjunto com as medidas investigatórias adotadas pelo Ministério Público Federal após a deflagração, demonstrou que a extensão e complexidade do esquema de corrupção instalado no INTO e na SES/RJ [Secretaria Estadual de Saúde] eram muito maiores do que os fatos inicialmente revelados na Operação Fatura Exposta, em abril de 2017.”

5) “... as fraudes a licitações, a cartelização e o pagamento de propina envolviam não só os contratos de aquisição de equipamentos médicos importados de alta complexidade, como também os contratos de aquisição de órteses, próteses e materiais especiais (OPME).”

6) “As atividades de empresários e funcionários públicos envolvidos nessa grande teia criminosa eram coordenadas por Miguel Iskin e Sérgio Côrtes, responsáveis por angariar grandes fabricantes mundial-

mente reconhecidas e obter liberação orçamentária para as contratações em valores estratosféricos, as quais, segundo dados do TCU, atingiram mais de **1,5 BILHÃO DE REAIS [R\$ 1.528.276.274,81]**, apenas no âmbito das contratações do INTO, no período de 2006 a 2017”.

Para que se tenha uma ideia do que isso significa: no mesmo período, a soma dos contratos de **todas** as instituições de saúde federais no Rio de Janeiro, exceto o INTO, foi de **R\$ 198.973.754,83** (cf. TCU, Relatório de Monitoramento TC 014.858/2017-7, fiscalização nº 189/2017).

Logo, o INTO fez contratações em valor **quase oito vezes superior ao da soma de todas as outras instituições de saúde federais no Rio de Janeiro**.

Como é que ninguém, nos governos Lula e Dilma, achou que havia algo estranho nisso?

Naturalmente, a política de Lula & cia. era conceder a Sérgio Cabral um feudo para a rouba-lheira, assim como eles próprios faziam na Petrobrás.

7) Ficaram ainda mais expostas “as ligações entre o setor público [isto é, os ladrões da quadrilha de Cabral] e os empresários cartelizados, por meio de atividades que envolviam o direcionamento das demandas públicas (especificação de insumos médicos a serem adquiridos e cotação de preços fraudada) e o direcionamento das contratações públicas (mediante ilícita desclassificação de concorrentes que não faziam parte do cartel).”

8) “Esses atos de ofício eram comprados com o pagamento de vantagens indevidas milionárias, as quais eram custeadas com base na arrecadação de valores com as empresas beneficiárias das licitações, seja por meio de pagamento de ‘comissões’ no exterior (correspondentes a cerca de 40% dos contratos), seja por meio do recolhimento no Brasil de valores entre 10% e 13% dos contratos firmados pelas empresas do cartel, estratégia que gerava um ‘grande caixa de propina’ administrado por Miguel Iskin de forma a retroalimentar o sistema e permitir a sua hegemonia no mercado da saúde pública durante décadas.”

9) “... no núcleo econômico, agiam os principais executivos das mais diversas fabricantes multinacionais de equipamentos médicos, tais como **Maquet, Drager, Philips/Dixtal e Stryker**, dentre outras, as quais ajustavam as vitórias nos procedimentos licitatórios em troca do pagamento de ‘comissões’ exorbitantes a Miguel Iskin no exterior, por intermédio de offshore como Chicale, Avalena, Moses Trading, Beckfell, Life Cargo, Life Group e Sobigold. Ao longo do tempo, a dinâmica dos pagamentos dessas comissões milionárias foi sendo alterado e chegou a contemplar transferências para a **Mik Prestação de Serviços de Assessoria Comercial**, empresa de Miguel Iskin sediada em Rio Bonito/RJ”.

10) “... as novas provas colhidas a partir da celebração de acordo de leniência demonstraram que os proveitos econômicos obtidos por Miguel Iskin e seus comparsas por meio dessa gigantesca ‘fábrica’ de fraudes licitatórias ultrapassaram, em muito, os valores pagos a título de propina até então rastreados. De acordo com as investigações internas realizadas por uma das principais contratantes com o Poder Público ao longo desses anos, apenas a título de ‘comissões’, que alimentavam o caixa da propina, pelas vendas da **Maquet** a órgãos públicos brasileiros, Miguel Iskin faturou as astronômicas quantias de **US\$ 53.896.990,42** e de **EUR 23.268.620,58**, correspondentes a cerca de 40% do total das vendas da empresa nas licitações que participou”.

Destacando: isto foi resultado apenas dos repasses **de uma única empresa**, a multinacional alemã **Maquet**.

Portanto, não é um fenômeno extraterrestre que Miguel Iskin tenha saído da cadeia – solto por Gilmar Mendes – para voltar ao **seu palacete de 2.200 m2, dentro de um terreno de 45 mil m2**.

## VÍNCULO

Resta, ainda, resumir a con-



xão dessa quadrilha com outra, a Odebrecht (claro, leitor, você acha que a Odebrecht ia ficar de fora das “putarias” de Cabral, Iskin e Côrtes?).

Em 13 de julho do ano passado, o executivo Benedicto Júnior, da Odebrecht, conhecido como “BJ”, revelou ter recebido dinheiro de Miguel Iskin, através de uma conta no exterior denominada “Avalena”.

O dinheiro era referente ao aluguel de um imóvel no suntuoso Condomínio Portobello, em Mangaratiba – o mesmo em que Sérgio Cabral mantinha sua luxuosa mansão, hoje em processo de leilão.

No dia seguinte ao depoimento de “BJ”, Sérgio Côrtes protocolou uma petição na Justiça Federal, para realizar “espontânea e voluntariamente transferência de valores existentes no estrangeiro”.

O motivo é ressaltado pelos procuradores: através da conta de Miguel Iskin, revelada por “BJ”, era – como, aliás, foi – possível chegar à conta no exterior de sua mulher, Verônica Vianna.

Logo depois, em outro depoimento, o executivo da Odebrecht lembrou-se que recebera mais US\$ 167 mil da conta de Sérgio Côrtes e Verônica Vianna no banco **Crédit Agricole**, na Suíça.

Dessa vez, “BJ” afirmou que a quantia era referente a pagamento de “estadia no Hotel Txai em Itacaré (BA), entre 24/12/12 a 02/01/2013, a pagamento de ingressos para a Copa do Mundo de 2014 e ao pagamento de vinhos na loja Canto do Vinho”.

O que chama mais a atenção nesses pagamentos de Côrtes para o executivo da Odebrecht é o caráter ostentatório das despesas. Por exemplo, há uma despesa de R\$ 193.086,00 (cento e noventa e três mil e oitenta e seis reais), referente a um leilão de vinhos na Sotheby’s, de Londres.

Mas, até aí, é Côrtes quem estava pagando ao executivo da Odebrecht.

Mais interessante é a indicação de uma conta, em nome do **Sigma Investment Fund**, pelo funcionário da Odebrecht, para que Côrtes recebesse dinheiro – supostamente para financiar campanhas eleitorais.

Nesta última conta foi depositado US\$ 1.473.027,89 (um milhão quatrocentos e setenta e três mil, vinte e sete dólares e oitenta e nove centavos).

Para poupar ao leitor outros trâmites que acrescentam pouco – embora sejam importantes do ponto de vista jurídico – Côrtes acabou por utilizar a famigerada “lei da repatriação”, do governo Dilma Rousseff, para transferir **US\$ 4.366.450,29** (quatro milhões trezentos e sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta dólares e vinte e nove centavos) para uma conta na Caixa Econômica Federal.

Assim, o dinheiro sujo, com origem no superfaturamento de próteses e outros aparelhos médicos, voltou ao Brasil, “legalizado” pela lei do governo Dilma. É verdade que, nesse caso, não adiantou muito.

Por último, registremos que as denúncias apresentadas agora pelo Ministério Público são das mais abundantemente documentadas de toda a Operação Lava Jato.

O que faz supor que a parte ainda não conhecida dessa pilhagem ao dinheiro do povo deve ser ainda mais interessante – se os criminosos não conseguirem destruir outras provas.

Gilmar Mendes soltou Côrtes, Iskin e Estellita – além do diretor-executivo da GE para a América Latina, Speranzini Junior – porque queria soltá-los. E não entraremos em suas razões para tal. Deixamos as suposições, muito justas de serem feitas, para o leitor.